

Jornal da Constituinte

Volume
356

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, de 14 a 20 de setembro de 1987 — Nº 16

ADIRP/William Prescott

E vieram todos, para mudar tudo!

Pela primeira vez, em toda a história política brasileira, o povo participa da elaboração de sua Constituição. O chamamento, feito através do Congresso Constituinte, repercutiu profundamente na alma popular. Vieram todos, menores, jovens, idosos, mulheres, índios, negros, estudantes, professores, advogados, donas-de-casa, intelectuais, artistas, domésticas, os injustiçados e os sempre esquecidos dos quatro cantos desse imenso país. O Congresso Nacional assumiu, em toda sua plenitude, o papel de Casa do Povo. As idéias são muitas. As divergências, também. Assim, como as convergências. Mas, democracia é isso mesmo: o debate para se chegar à criação de algo que promova o bem-estar e a felicidade de um povo. No tempo e no espaço. (Páginas 8 e 9)

Marcos Freire morre pela sua terra

Na noite da última terça-feira a Assembléia Nacional Constituinte, o Congresso, o povo e o país tomavam conhecimento de que a queda de um HS da FAB, numa das áreas onde ocorrem alguns dos mais graves conflitos pela posse da terra, ceifava a vida da cúpula dirigente do processo de reforma agrária do governo. Quem escreve a nova carta, em especial, sentiu a perda de todos e, principalmente, do titular da pasta: uma espécie de "constituinte honoris causa", do ex-deputado e ex-senador Marcos Freire, um dos alicerces da chegada do PMDB ao poder, morria numa das mais importantes frentes de batalha do país. (Página 15)

É chegada a hora de liderar

O "Grupo do Consenso" foi o que conseguiu reunir o maior número de constituintes em torno de pontos polêmicos. Seu coordenador diz que agora é a vez dos líderes atuarem em busca de acordo. (Páginas 6 e 7)

Cansaço, mas com lucidez

Não é trabalho de um homem só, muito pelo contrário: é o trabalho de todo um povo e, especificamente, dos 559 constituintes que o representam. Mas a condição de relator do projeto de Constituição é atribuição específica do constituinte Bernardo Cabral (PMDB — AM), que tudo pode compartilhar, menos a sua assinatura. O relator foi eleito e sua função não é de árbitro, de juiz. Sua tarefa é juntamente com o auxílio de todos, compatibilizar idéias que, muitas vezes, podem não ser as suas. Esse trabalho pode ser estafante, mas tem de ser lúcido. Não é exclusivo, não é definitivo, mas exige a calma possível e a reflexão indispensável. (Páginas 4 e 5)



A hora de redividir

Redivisão territorial é antes de tudo uma questão de soberania

Redividir o Brasil é, a nosso ver, a única forma de promovermos a descentralização de poderes. E se quisermos redemocratizar este País teremos que descentralizá-lo e isto passa obrigatoriamente pela emancipação e criação de novos estados.

Não podemos conceber mais o nosso País dividido nos moldes concebidos pela coroa portuguesa, pois a primeira e única divisão de que temos notícia na nossa história foi em 1534, promovida por D. João III, quando criou as capitânias hereditárias. As outras foram simples acomodações ou arremedos esporádicos que trouxeram a anexação ou desanexação de áreas como é o caso do Paraná, Mato Grosso do Sul, o Acre e até Santa Catarina.

Antônio Carlos Andrade em 1823 apresentou um projeto de redivisão territorial baseado na equivalência da população e superfície. Desde então, muito se tem debatido, estudado, pesquisado sobre o assunto, mas nada foi realizado.

A Constituinte de 87 ficará na história política como a mais democrática de todas quantas já foram realizadas, pois quase 500 entidades legalmente constituídas da nossa sociedade trouxeram suas contribuições e foram ouvidas nas subcomissões e comissões temáticas, além das 122 emendas populares com mais de 15 milhões de assinaturas de eleitores.

Por defendermos intransigentemente a igualdade, a liberdade e a fraternidade e sermos amantes da democracia e da autodeterminação dos povos é que propusemos à Assembléia Nacional Constituinte a criação do estado do Triângulo e de outras unidades para a Federação.

Nada é mais democrático, nada é mais soberano do que respeitar a vontade do povo que irá decidir plebiscitariamente, livremente, se quer ou não a sua autonomia, a sua independência político-administrativa, na criação de novos estados, pois assim prevê o § 1º de nossa proposta, inserida nas disposições finais e transitórias do projeto de Constituição.

Além da nossa proposta, uma emenda popular apoiada por 202.577 eleitores da região também deu entrada nesta Casa subscrita pela Avetrim — Associação dos Vereadores do Triângulo Mineiro, AVAP — Associação dos Vereadores do Alto Paranaíba, e CET — Conselho para Criação e Emancipação do Triângulo. Proporcionalmente é a proposta que recebeu o maior número de apoiantes, pois representa 25% do total de eleitores da região e 12% da população local. Foi quase um plebiscito.

Os 74 municípios constantes dessa proposta estão apenas resgatando uma aspiração bisseccular, pois só há 171 anos estamos sob a jurisdição mineira. Fomos paulistas até 1744 e goianos até 1816, sempre reivindicando a nossa independência.

Nossa tradição é de emancipação, pois vários foram os movimentos neste sentido e aqui citaremos só as datas dos mais importantes: 1745, 1836, 1837, 1874, 1920, 1932, 1947 a 1951, 1967 e este agora em 1987, quando a chama e a esperança emancipacionista se acendeu na nossa região com a instalação dessa Constituinte. Aqui estão depositadas todas as aspirações do povo e que tenho a honra de representar e que pretende presentear o Brasil com o novo Estado do Triângulo, que nascerá como a 8ª unidade em arrecadação de tributos federais, arrecadação que será maior do que a soma de doze estados brasileiros, que responde por 26% do ICM, por 56% do total de grãos produzidos, por 93,3% da produção de energia elétrica do Estado de Minas Gerais.

Pedimos aos constituintes apenas o direito democrático de exercer a nossa soberania e através de um plebiscito podermos opinar livremente sobre o nosso destino, e fazer do nariz de Minas o verdadeiro coração do Brasil.

No Estado do Triângulo vamos respirar livremente.

Constituinte Chico Humberto
(PDT — MG)



A proposta definitiva

Com a entrega, esta semana, pelo relator Bernardo Cabral, da proposta definitiva de Constituição, vence a Assembléia Constituinte mais uma etapa. Agora, os 93 membros da Comissão de Sistematização deverão aprovar ou rejeitar o parecer do relator até o dia 2 de outubro. Será uma fase em que a dura batalha pela vitória no voto se travará principalmente em torno dos destaques de emendas, procedimento regimental utilizado para incluir, excluir ou modificar o substitutivo, artigo por artigo. No dia 5 de outubro, segundo o calendário, o plenário soberano da Assembléia começará a votar a nova Carta Magna do país. Estamos nos aproximando, assim, da reta final dessa grande maratona que é a Constituinte.

O que foi o trabalho realizado nesses quase oito meses de funcionamento bem o atestam as várias etapas do processo, nem sempre bem compreendido, desde a formulação das primeiras propostas nas subcomissões, passando por sucessivas emendas, até a elaboração do último substitutivo. Esgotadas as oportunidades de sugestão, agora a tarefa, penosa e complexa, consiste na montagem de um texto seguro, correto, preciso, objetivo, que sintetize a vontade nacional neste momento.

Com renovada confiança, os constituintes estão conscientes de que saberão cumprir a missão que o povo lhes confiou. A tarefa não é fácil, porém a experiência política já comprovou que até situações aparentemente insolúveis encontraram fórmula de entendimento e viabilidade no talento e na perspicácia do homem brasileiro.

Constituinte Marcelo Cordeiro
Primeiro-Secretário da ANC

Marcos Freire e o sonho de uma constituinte em 71

Bastaria escrever o seu nome, encimando estas linhas para que toda uma história tivesse sido contada, pois Marcos Freire sintetizou uma legenda de luta, de resistência e de fraternidade.

"Sem ódio e sem medo", era exatamente o lema que o guiava pelos invios caminhos de uma luta que não era apenas sua, mas que ele encarnava com tal autenticidade que sua vida ficou marcada como ponto central de duas décadas na defesa dos direitos humanos e da denúncia dos erros, do arbítrio, da ilegalidade, da tortura.

Sua vida é um traçado perfeito, sem altos e baixos, sem tergiversação.

Já se revelava o homem público e o patriota capaz de todos os sacrifícios pessoais, quando tinha que decidir em favor dos princípios que sustentavam na cátedra, na tribuna parlamentar, onde sua voz era a expressão dos inconformados, ou nos palanques, onde comungava com o povo de suas inquietações e suas dores.

Foi em 1971 que Marcos Freire assumiu uma decisão histórica, ao promover o importante encontro do MDB Nacional em Recife.

A área acomodada no Movimento Democrático Brasileiro procurou impedir a concentração, porque sabia que a decisão do grupo autêntico era a de propor a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como uma fórmula democrática para a solução do impasse institucional e o fim da ditadura militar.

A tribuna parlamentar foi sempre o púlpito de orações nacionais que sua coragem ornamentou na palavra fácil e vibrante, sem rodeios, sem subterfúgios, sem temores.

São suas estas palavras que a Câmara Federal registrou no dia 3 de abril de 1971, o ano exatamente em que ele obtinha da reunião emedebista de Recife a Carta Política pela Constituinte.

"Estamos vivendo um regime híbrido que, embora mantenha o Parlamento aberto, embora efetive processos eleitorais, nele existe, acima de tudo, o espectro do AI-5 que, através do seu regime de força, consagra no Brasil, na verdade, um regime discricionário, de arbítrio e de violência."

Mas não se detinha, simplesmente no problema institucional.

O Nordeste que ele expressou com tanta fidelidade em sua trajetória de homem público, estava sempre presente às suas preocupações. Condenou o processo de espoliação e todas as políticas discriminatórias que se abateram sobre a Região.

Não nos conformamos com seu desenlace de forma tão trágica e exatamente quando tinha como meta, que era o seu sonho, a efetiva implantação da reforma agrária.

Não era de agora seu posicionamento claro, preciso, em torno dessa questão fundamental de desenvolvimento brasileiro e, muito particularmente, do sofrido território nordestino.

E fazemos questão de trazer o seu próprio testemunho, feito através da tribuna parlamentar, em 20 de maio também de 1971, sobre a reforma agrária: "Forçoso é reconhecer, de logo, que ainda hoje permanece intocável a estrutura do setor agrícola no Nordeste brasileiro. Em termos gerais, tudo continua naquela situação de séculos atrás com injustificável ônus à nossa economia regional".

Poucos teriam traçado com tanta rudeza, mas com tanto realismo e sinceridade, um quadro pintado em poucas palavras, mas capaz de significar o anseio nacional, como fez Marcos Freire nesta contundente afirmativa.

Mas ele, ceifado à vida em pleno exercício no Ministério da Reforma Agrária, não será esquecido pelos que se empenham numa solução justa do problema da terra.

Marcos Freire, ainda em 27 de maio daquele longínquo 1971, lamentava que "tantos anos decorridos, ao Estatuto da Terra não tivessem cor-

respondido as medidas práticas de efetivação da Reforma Agrária".

Pois essas medidas práticas estavam sendo tomadas exatamente por ele que as cobrara em 1971 da ditadura militar.

Sua morte foi um golpe que atingiu não apenas sua família, os amigos, correligionários, e seus auxiliares, mas a nação inteira que se curva consternada, diante de um idealista que cumpriu seu destino digno de ser cultuado pelos que insistem em dedicar-se ao serviço público neste país.

Suave e brando no trato pessoal, afeito ao diálogo, à troca de idéias, Marcos Freire demonstrou, no entanto, ser em matéria de princípios e de honra cívica, um homem firme, inalterável, reto. Ele não conheceu a hora do medo, a degradante hora das submissões e subserviências, a que se conformaram tantas lideranças neste país.

A frase cunhada pelos ditadores e trombeteados pelos seus arautos, "atos da revolução não são discutidos", — não foi sequer ouvida por Marcos Freire. Contestou tudo, — governo, regime, e a própria direção do MDB quando esta parecia perplexa ou acuada diante do furor revolucionário.

No dia 15 de janeiro de 1974, às quatro horas da madrugada, escrevemos juntos — (Francisco Pinto, Lysáneas Maciel, Fernando Lyra, Freitas Nobre), — a declaração de voto lida no plenário da Câmara dos Deputados pelo Líder Alencar Furtado, a meio a uma tempestade de ameaças e protestos. Não chegaríamos à noite, até porque a lâmina da guilhotina revolucionária haveria de descer sobre as cabeças dos vinte e três contestadores que ousaram desafiar a fúria dos deuses. Saímos do plenário, sob a incompreensão dos companheiros e a maldição da revolução, de uma revolução que pretendia ser definitiva, irreversível, infinita.

A redação deste trecho é de Marcos Freire:

"Devolvemos nosso voto ao grande ausente: o povo brasileiro, cuja vontade afastada do processo, deveria ser fonte de todo poder.

Recusando participar com o nosso voto desta eleição, não temos a preocupação de ato heroico.

Assim, a Nação não esquece os contestadores de todas as épocas: os heróis da Inconfidência Mineira; os construtores da Independência; os defensores da Abolição; os artífices da República; os tenentes de 22 e 24; os revolucionários de 30; os constitucionalistas de 33; os mineiros de 43; os legalistas de 46; os anti-AI-5 de 68.

O Brasil de hoje, que vive no silêncio das fábricas, dos escritórios, dos campos, das escolas, das igrejas, nos compreenderá, e a Pátria de amanhã poderá fazer justiça aos poucos que assumiram o risco de juntar à voz de seu protesto o gesto de sua inconformidade."

Foi assim, sempre assim. Pensamento altivo, postura vertical. Fecho esta página de saudade, deixando, aqui, o pensamento de Romain Rolland, que é prece que paira sobre os destinos de quantos lutam, neste mundo atribulado, unidos, isolados, ou dispersos, em todos os quadrantes da terra: "Suprimamos a barreira do tempo e ressuscitemos, na alma do povo, os seus heróis. Eu não chamo de heróis os que triunfaram pela força. Chamo de heróis apenas os que foram grandes pelo pensamento e pelo coração".

Marcos, você foi grande pelo coração, até porque nas contendas políticas, as mais ásperas e duras, cultivava o sentimento do bem. Marcos, você foi grande pelo pensamento. Herói da resistência, alteou-se na luta e gastou a vida como um meteoro gasta o seu clarão.

Constituinte Paes de Andrade
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Benevides; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá. **Suplentes:** Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretário de Redação Adjunto — Paulo Domingos R. Neves
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves
Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Juarez Pires da Silva, Mária de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Vladimir Meireles de Al-

meida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Viera Bomfim, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna e Paulo Roberto Cardoso Miranda.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

João José de Castro Júnior, Reynaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e George Prescott.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação. CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 070160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita

As emendas oferecidas em bloco pelas mulheres constituintes valem, em síntese, como um reflexo das reais necessidades por elas detectadas ao longo de suas atividades profissionais, da convivência doméstica e do contato com a comunidade como, ainda, da informação que receberam, durante séculos e séculos quando sempre foram colocadas em condições mais ou menos inferiores ao sexo masculino, e das quais querem, agora, se libertar. Daí que suas propostas atingem a uma vasta gama de aspectos das relações de trabalho, conjugais, sociais e de direitos inerentes à cidadania.

A maioria das emendas tem por objetivo garantir a igualdade entre homem e mulher (ressalvadas as diferenças oriundas de funções naturais), eliminando, por consequência, todas as formas de preconceito em função do sexo. Uma dessas emendas, por exemplo, chega a estabelecer a igualdade de obrigações do homem e da mulher em relação aos trabalhos domésticos, enquanto outra equipara a atividade no lar às demais funções de caráter econômico, com o objetivo de vincular a dona-de-casa ao sistema da Previdência Social. Procuram, ainda, as mulheres garantir para si o direito ao título de propriedade e de domínio, desde que maiores de 18 anos, independente do estado civil.

Em algumas emendas, as mulheres constituintes buscam obter determinados privilégios, como a aposentadoria mais cedo (30 anos de serviço, ou 25, em caso de dupla jornada, quando uma delas for exercida nos serviços familiares não remunerados); a garantia da total proteção do Estado para a saúde da mulher; o direito às previdências para que possam estar perto do filho (ou filha), quando da amamentação; e outros.

JUSTIÇA SOCIAL

Além das questões intimamente ligadas à condição feminina, as mulheres constituintes revelam uma acentuada preocupação com a questão social, objeto de mais uma dezena de emendas por elas apresentadas. Procuram, por exemplo, ampliar e democratizar os mecanismos de adoção de menores, valorizar a atividade dos empregados domésticos, estabelecer a paridade salarial entre os sexos, desde que as funções sejam equiparadas, aumentar a oferta de creches para os filhos das que trabalham, impedir a exploração do trabalho do menor de idade, implantar o usucapião urbano após a ocupação do imóvel por três anos, ininterruptos e sem contestação, garantir para todos os direitos à aposentadoria aos 60 anos de idade. E vão mais longe, ao tentar inserir na futura Constituição normas que garantam a proteção do Estado à família, a ampliação das condições da dissolução do casamento, a coibição da prática da violência nas relações familiares, a garantia a todos à educação. E muitos outros direitos e garantias para mulheres, homens, crianças, idosos e necessitados. Ao lado das emendas, o bloco das mulheres constituintes entregou ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, um manifesto.



As mulheres constituintes formam um bloco sólido, disposto a lutar com garra para que a futura Constituição elimine as barreiras e preconceitos que ainda pesam sobre o universo feminino, embora estejamos no fim do século XX. Para fazer prevalecer seus direitos, elas se valem de 34 emendas e de um manifesto, no qual sintetizam os seus anseios de serem livres, iguais e solidárias.

“Nós, mulheres, sempre preocupadas com os problemas da sociedade brasileira — cujas soluções a curto, médio e longo prazos nos exigem o cumprimento de tarefas históricas urgentes — manifestamos nossas angústias com o destino da Nação.

Não podemos ficar indiferentes ao estado de miséria absoluta de milhões de cidadãs e cidadãos brasileiros. Esse quadro social é uma ameaça ao processo de consolidação democrática, por ferir princípios básicos da soberania e os mais legítimos interesses da nacionalidade.

A marginalização e a discriminação da mulher levaram, infelizmente, neste momento histórico, a um resultado de inferioridade na nossa representatividade parlamentar. Representamos apenas 4,9% na Assembleia Nacional Constituinte (25 deputadas), enquanto somos 54% da população e 52% do eleitorado.

Indignadas com a marginalização do povo brasileiro, através de um processo de desenvolvimento excludente, nós, mulheres, deputadas constituintes, lutamos por um Brasil mais justo e democrático, ratificando assim o desejo do conjunto da Nação, de buscar uma nova ordem social que expresse, sem discriminações e preconceitos, o acesso a condições de vida digna à população brasileira.

Reiteramos, também, a nossa unidade na defesa dos interesses específicos das mulheres, sem contudo negligenciar as imperiosas reivindicações nacionais que nos conduzirão, homens e mulheres, à conquista e à consolidação de uma sociedade onde todos tenham as mesmas oportunidades de trabalho e condições de vida.

Sabedoras, por vivência quotidiana, de que as relações de dependência não conduzem a um desenvolvimento sadio e harmonioso — quer do ponto

de vista interpessoal e afetivo, quer do ponto de vista social, político e econômico — consideramos como tarefas prioritárias:

* A complementação do processo de transição para a democracia, elaborando uma Carta Constitucional que avance na definição de um programa de transformações econômicas e sociais de longo alcance, voltado para o atendimento das necessidades da maioria e a igualdade de oportunidades.

* A definição de uma política nacional de desenvolvimento que contemple, primordialmente, as necessidades do desenvolvimento do país (e não os interesses do grande capital monopolista internacional e seus aliados internos), equacionando a questão da dívida externa na rota de resguardo de nossa soberania.

* A realização da reforma agrária pela implementação de uma ampla democratização do acesso à terra. Por uma política agrícola que atenda ao pequeno e médio produtor e às necessidades básicas da população brasileira.

* Por uma política urbana capaz de atender às aspirações e necessidades da população. Atualmente, 72% da população nacional sobrevive nas cidades que ocupam apenas 3,5% do território, decorrência de uma urbanização acelerada. Assim como a questão agrária, a urbana merece ser tratada com seriedade. Não se pode falar em democracia, sem garantir a prevalência do uso social da propriedade sobre os interesses individuais. Cabe-nos ressaltar aqui que tanto em relação à terra, rural ou urbana, o título de propriedade deverá ser garantido também às mulheres, independente de seu estado civil, possibilitando assim a igualdade de direitos, desvinculando a posse de terreno ou moradia de uma

relação paternalista e dependente.

* Defendemos maior autonomia para o município, em relação à União, e o fortalecimento do poder local, por meio da participação da comunidade na elaboração e implementação de programas que respondam às necessidades populares básicas como: habitação, saúde, educação, transporte e saneamento.

* Nos programas de saúde, urge uma legislação que regule de forma eficaz o acompanhamento de assistência à saúde integral da mulher, incluindo, a nível trabalhista, a licença remunerada de 120 dias, a estabilidade da gestante, a licença remunerada em casos de adoção e a aposentadoria aos 25 anos de trabalho ou 60 de vida para a mulher.

* Repudiamos o terrível quadro de 36 milhões de menores carentes. Urge que se efetive uma política de investimentos maciços em creches, escolas, com funcionamento o dia inteiro, com a participação da comunidade na direção, para que o menor receba alimentação, educação ampla, com esporte, lazer, transmissão de valores culturais, e se sinta valorizado como cidadão, apto a ganhar a vida. Não aceitamos o triste índice de marginalidade a que é empurrada a nossa juventude.

* A erradicação, imediata e corajosa, da gravíssima e permanente violação dos direitos humanos, no que se refere à população carcerária, submetida a situações insuportáveis na totalidade dos presídios brasileiros. A reformulação do sistema penitenciário em nosso país é um desafio inadiável.

Nessa questão, as garantias da mãe presidiária devem ser resguardadas em lei, possibilitando a essas mulheres os cuidados pré e pós-natais necessários, incluindo a posterior amamentação e o contato com seu filho.

* A questão salarial é condição pri-

meira para que se processe de modo eficiente e justo a distribuição de renda. Lutamos pela adoção de salário digno e igual para homens e mulheres, ressaltando o valor econômico do trabalho doméstico ainda não reconhecido.

* Na luta pela preservação do meio ambiente, como o compromisso inegociável de garantia de sobrevivência às gerações futuras.

* Exigimos do poder público a aplicação de normas punitivas rígidas contra os autores de agressões e violências a todo e qualquer direito da mulher. A impunidade institucionalizada tem sido o maior fator de crescimento da violência à mulher.

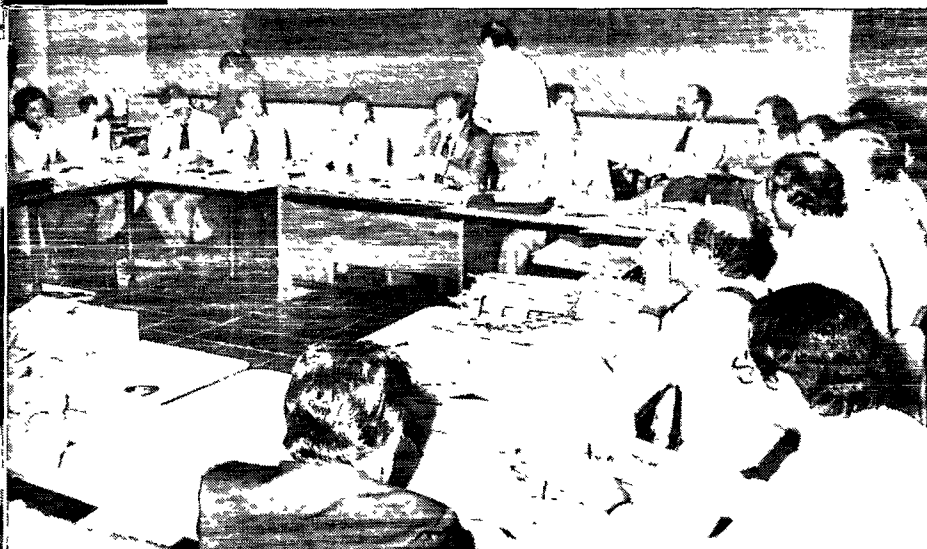
No momento em que redigimos a nova Carta constitucional, queremos afirmar que, embora consubstanciando avanços, o substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral, recém-apresentado, demonstrou insuficiência em seu conteúdo, omitindo pontos, usando de generalidade que vem prejudicar substancialmente às justas reivindicações de 64.674.890 mulheres que somos no Brasil.

Brasília, 1º de setembro de 1987. — Abigail Feitosa (PMDB — BA), Sandra Cavalcanti (PFL — RJ), Anna Maria Rattes (PMDB — RJ), Benedita da Silva (PT — RJ); Beth Azize (PSB — AM), Cristina Tavares (PMDB — PE), Dirce Tutu Quadros (PTB — SP), Irma Passoni (PT — SP), Lídice da Mata (PC do B — BA), Márcia Kubitschek (PMDB — DF), Maria de Lourdes Abadia (PFL — DF), Marluce Pinto (PTB — RR), Mônica São Thiago (PDT — CE), Myrian Portella (PDS — PI), Raquel Cândido (PFL — RO), Raquel Capiberibe (PMDB — AP), Rita Camata (PMDB — ES), Rose de Freitas (PMDB — ES), Maria Lúcia (PMDB — AC), Wilma Maia (PDS — RN)."



O engenho e a arte de sistematizar

Não é nada invejável a vida de relator de uma assembléia constituinte. O tempo deixa de ser dividido em dias e noites, a curta hora do almoço não oferece lautas refeições, senão a troca de idéias, a palavra lazer é riscada do dicionário, enfim, toda a sua atividade passa a se desenvolver contra o relógio e, mais ainda, contra conflitos de ideologias e de interesses mais imediatos. Essa é a vida que está "vivendo" o relator da Comissão de Sistematização da ANC, Bernardo Cabral. Enclausurado em um local silencioso e distante do centro nevrálgico da Constituinte, submerso em um agitado mar de propostas, cabe a ele, agora, dar um conteúdo bem definido ao que, até o momento, é mais letra do que espírito. Não bastasse todo esse conjunto de fatores, a ação do relator fica ainda mais árdua em função do clima (tempo) dominante em Brasília nesta época do ano: umidade relativa do ar comparável à do deserto do Saara, estiaagem prolongada, muito calor, fenômenos que, mecanicamente, tornam todas as atividades mais cansativas. Mas nada disso importa. É hora de levar o "recado a Garcia".



O relator Bernardo Cabral e a equipe de relatores adjuntos enfrentam horas ininterruptas de trabalho na paz do Instituto Israel Pinheiro

O trabalho de tecer a nova Carta constitucional do país chega, agora, a um momento muito delicado, quando o relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, busca estabelecer um consenso, se não total, ao menos com propostas que tenham uma ampla maioria favorável, para que desse modo possa oferecer um substitutivo ao anteprojeto constitucional. Esse primeiro esboço que representou o anteprojeto procurou, segundo o próprio relator, contemplar as propostas que haviam saído das comissões temáticas, mesmo com o risco de aparecerem elementos conflitantes.

Agora o trabalho do relator se torna mais delicado. Não se trata mais apenas de ordenar propostas, mas de coordenar anseios, saídas de grupos de parlamentares. Com esse intuito, o relator Bernardo Cabral veio desenvolvendo um trabalho ao longo de toda a semana passada, não apenas de realizar uma análise das mais de 30 mil emendas apresentadas — entre iniciativas de origem popular e de parlamentares —, e manteve-se em reunião quase permanente com membros ou não da Comis-

são de Sistematização.

O local escolhido foi o Instituto Israel Pinheiro, localizado cerca de 30 quilômetros do Congresso Nacional. Mas esse aparente distanciamento da Assembléia Nacional Constituinte, manteve-se somente em termos geográficos, uma vez que o plenário do Instituto Israel Pinheiro esteve repleto durante toda a semana passada, e o próprio horário de almoço foi utilizado para troca informal de idéias entre os parlamentares, pois o Instituto possui restaurante capaz de abrigar a todos.

Para quem acompanha a uma certa distância o processo de elaboração da nova Carta constitucional, esse afastamento do relator da Comissão de Sistematização pode parecer estranho ou sem sentido. Mas na realidade, segundo explica o constituinte Vivaldo Barbosa, do PDT do Rio de Janeiro, não tem nada de anormal. "O relator Bernardo Cabral não está trazendo a Comissão de Sistematização para um trabalho fora das dependências do Congresso Nacional", continuou o parlamentar fluminense. "O relator poderia desenvolver esse trabalho até em

sua própria residência, uma vez que esta fase dos trabalhos da Constituinte não tem um caráter oficial, e o que nós verificamos aqui no Instituto Israel Pinheiro é uma série de encontros informais de trabalho, não sendo realizadas reuniões da Mesa da Assembléia Nacional ou mesmo reuniões plenárias".

Vivaldo Barbosa salientou que o relator poderia desenvolver, até de forma solitária, esse trabalho de elaboração do substitutivo, "mas o constituinte Bernardo Ca-

Fisicamente o relator se isola um pouco, mas em espírito está cada vez mais ligado a cada um e a todos, na medidas em que busca a conciliação de interesses.

bral é uma pessoa inteligente, sensível e aberta. O que ele está nos proporcionando, no momento, é exatamente uma abertura e um diálogo amplo para que todas as correntes políticas possam aproveitar uma oportunidade de exporem seus pontos de vista. Quando chegar o momento de entregar o documento ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, por exemplo, o relator da Comissão de Sistematização não o fará no Instituto, mas nas dependências do Congresso Nacional", concluiu.

Esse é o mesmo pensamento do constituinte Nelson Jobim, do PMDB do Rio Grande do Sul, que ressalta que o momento é de trabalho do relator Bernardo Cabral e não da Comissão de Sistematização. "O trabalho da Comissão bem como a votação das propostas dentro da Sistematização serão ambos desenvolvidos dentro do Congresso Nacional. O relator tem a liberdade de escolher o local que considerar ideal para o seu trabalho e além do mais aqui, no Instituto, ele está recebendo colaborações de diversos setores.

O constituinte Virgílio Távora,

do PDS do Ceará, é da mesma opinião. "Corro o risco de dizer o óbvio — mas lembrou que cabe ao relator elaborar o relatório. Portanto, o relatório é de sua responsabilidade e o fato de ele escolher este ou aquele local não tem qualquer interferência sobre o seu trabalho. Devo ressaltar, entretanto, que seria difícil conduzir um trabalho tranquilo dentro da agitada atmosfera do Congresso Nacional e principalmente promover com tranquilidade as discussões de que carece cada uma das propostas chegadas através das emendas."

Virgílio Távora, aliás não é um constituinte estranho dentro das instalações do Instituto Israel Pinheiro. O constituinte esteve presente aos encontros entre o Grupo dos 32 e o Grupo de Consenso. O próprio Virgílio Távora confirmou que frequenta o Instituto há 45 dias.

O constituinte José Luiz Maia, do PDS do Piauí, acredita igualmente que esta fase dos trabalhos da Assembléia Nacional é dos parlamentares. José Luiz Maia afirmou que "não há nada que depo- nha contra a realização dos traba-

lhos do relator Bernardo Cabral fora das dependências do Congresso Nacional". Em sua opinião dentro do Congresso, o relator não teria tranquilidade para desenvolver e elaborar o substitutivo, diante das inúmeras formas de assédio. "Toda a forma de pressão, neste momento dos trabalhos é nefasta, pois o constituinte Bernardo Cabral receberá todas as formas de reivindicação através das emendas." Para o constituinte José Luiz Maia, as pressões somente deverão ser feitas novamente no instante em que o substitutivo se transformar em projeto de Constituição e for encaminhado a plenário para a votação em primeiro turno. José Luiz Maia acredita que a partir de então, as pressões voltam a ser legítimas pois estarão defendendo os seus pontos de vista na tentativa de convencer e converter os votos dos muitos parlamentares.

Além dos depoimentos desses constituintes, existe ainda uma prova mais cabal de que o trabalho de elaboração do substitutivo não está sendo promovido de forma individual e isolada por parte do relator Bernardo Cabral. Na quarta-feira passada, dia 9 de setembro, os encontros giraram todos em torno do capítulo do novo texto que versa sobre Orçamento e Finanças, mas não parou por aí. O relator Bernardo Cabral recebeu a visita, no Instituto Israel Pinheiro, de representantes da bancada das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na Assembléia Nacional.

SOMOS 292

Os representantes, segundo ressaltou o constituinte José Luiz Maia, conseguiram introduzir uma série de dispositivos favoráveis a estas três regiões do país, no texto do substitutivo. A força desse movimento de reivindicação já se fazia sentir às vésperas do Dia da Independência, quando, na entrada das quadras onde residem parlamentares podia-se ler faixas e cartazes onde os constituintes lembravam a força que tinham as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste através do slogan: "Somos 292 constituintes na Assembléia Nacional".

Com força da representatividade e a já citada abertura do relator Bernardo Cabral à participação dos constituintes, o encontro quebrou o esquema que estava sendo seguido para estudar as reivindicações das três regiões. "Obtivemos muitas vitórias e os demais pontos nós esperamos conquistar através dos pedidos de destaque que encaminharemos", confidenciava um parlamentar da bancada nordestina, ao deixar o Instituto.

Mesmo com a aparente tranquilidade do Instituto Israel Pinheiro, alguns parlamentares admitem que apesar de todo o esforço de análise de todas as emendas apresentadas, nem todos os pontos deverão encontrar facilidade de negociação. Um ponto que sem dúvida nenhuma deverá exigir muita habilidade por parte do relator Bernardo Cabral, segundo o constituinte Antônio Britto, do PMDB do Rio Grande do Sul, será o sistema de governo a ser fixado no substitutivo. Antônio Britto acredita que este ponto deve ser mais polêmico inclusive que a própria questão da reforma agrária.

O constituinte Virgílio Távora também acredita que a maior negociação se dará em torno do sistema de governo. "A maior dificuldade que eu vejo é que, ao contrário da questão da reforma agrária,

a dúvida entre parlamentarismo e presidencialismo está mais polarizada. Os presidencialistas não acreditam no parlamentarismo como forma de resolver crises políticas de maneira eficiente. E, do mesmo modo, os parlamentaristas vêem no presidencialismo o principal responsável por todos problemas atuais por que passa o país. Estas posições dificilmente se alterarão. Pelo menos não vejo esta perspectiva", concluiu ele.

NOVO CONSENSO

O consenso é uma palavra fácil de ser encontrada, sem dúvida alguma, no dicionário, mas na prática a tarefa que o relator Bernardo Cabral enfrenta mostra toda a dificuldade de conseguir elaborar o texto de um substitutivo que agrade a uma grande parcela dos constituintes. Deste modo, o que o relator procurou foi um trabalho árduo de análise de mais de 30 mil emendas — entre populares e de parlamentares —, mas de forma individual. Ao contrário, as dificuldades foram compartilhadas com o maior número possível de constituintes, não somente com o objetivo de ver o texto aprovado no plenário da Comissão de Sistematização, mas principalmente para que o texto proveniente da Comissão reflita a maioria dos anseios da própria Assembléia Nacional e o processo de dar ao país uma nova Carta possa ser agilizado nas etapas posteriores de votação. Esse esforço exigiu do relator Bernardo Cabral mais de 14 horas diárias de trabalho, geralmente iniciado às dez horas e sem horário fixado para o seu término, já durante a madrugada.

Os padres salesianos talvez jamais tenham pensado que um dia, um local que criaram mais para retiro, iria servir como um berço para a nova Constituição.



Instituto salesiano entra para a história

Mas afinal o que é o Instituto Israel Pinheiro? Muitos pensam ter essa instituição ligação com o constituinte de Minas Gerais do mesmo nome, entretanto, a história do Instituto não o caracteriza como uma organização de cunho político e muito menos como sendo de propriedade da família Israel Pinheiro. O Instituto pertence aos padres salesianos, proprietários do Colégio Bom Bosco, em Brasília.

E como o Instituto ganhou esse nome? Quem explica é o padre Newton Costa, administrador da instituição e um dos pioneiros de Brasília. Segundo o padre salesiano, "ainda no início de Brasília, quando Israel Pinheiro era o administrador da cidade — o primeiro, diga-se de passagem — nós fizemos algumas gestões junto a ele para que a prefeitura da cidade nos permitisse conseguir uma área próxima ao Lago Paranoá".

E foi assim que Israel Pinheiro obteve para os padres salesianos, com os quais aliás tinha ligações

desde Belo Horizonte, o terreno hoje ocupado pelo Instituto, vendido pela quantia de 28 mil cruzeiros, de acordo com padre Newton Costa. Mas desde 1960 — data da compra — os padres salesianos não construíam qualquer instalação no terreno até que foram iniciadas as obras do Instituto, há dois anos. E, finalmente, este ano, mais precisamente no dia 5 de abril, as instalações foram inauguradas, inclusive com a presença do parlamentar mineiro Israel Pinheiro Filho, do PMDB.

Segundo padre Newton Costa, na inauguração Israel Pinheiro Filho gostou do lugar e pediu permissão para utilizá-lo além das funções para as quais tinha sido inicialmente planejado. O Instituto, afinal, não é apenas um local distante cerca de 30 quilômetros do centro da cidade, mas dispõe ainda de 50 apartamentos e um restaurante próprio com capacidade para 150 pessoas. Todas as instalações foram inicialmente planejadas para abrigar congressos,

convenções e retiros. Como elemento complementar de segurança, a guarita de entrada dista cerca de um quilômetro do prédio principal, ocupado hoje pelos constituintes.

REENCONTRO

A chegada dos constituintes ao Instituto acabou proporcionando um encontro entre o padre Newton Costa e uma de suas antigas alunas. Padre Newton Costa há muitos anos permaneceu na pequena cidade de Venda Nova, no Espírito Santo, a cem quilômetros de Vitória. Essa cidade se caracteriza pela sua população predominantemente de origem italiana, bem como pela pequena propriedade rural. Lá, entre suas alunas, padre Newton teve a oportunidade de conhecer a jovem Rita Paste, hoje constituinte Rita Camata. Padre Newton afirmou que no início achou que conhecia a parlamentar, mas ficou na dúvida e somente quando ela se preparava para deixar o Instituto foi que os

dois finalmente se reconheceram. "Eu não lembro de todos os meus alunos, mas em Venda Nova, no período em que estive no colégio salesiano de lá, conheci bem a cidade que era muito pequena e desta forma não foi difícil lembrar da minha ex-aluna", explicou.

CURIOSIDADE

E quanto à Assembléia Nacional Constituinte? Padre Newton garante que sabe mais da Constituinte através dos jornais, mesmo com toda a atividade que desenvolve o relator Bernardo Cabral no Instituto. O sacerdote não esconde a sua curiosidade com os trabalhos, mas garante que em respeito ao sigilo do que é acertado dentro das paredes do Instituto, ainda não compareceu ao plenário, onde são realizados os encontros. "Eu não escondo minha vontade de saber sobretudo o que está sendo proposto para a Educação, mas prefiro deixar os constituintes mais à vontade", concluiu.

Grupos foram necessários para diálogo

A característica de frente dos grandes partidos, cobrindo um vasto terreno ideológico, foi um dos fatores determinantes do surgimento de grupos suprapartidários.

Um desses grupos — o de "Consenso" — reuniu parlamentares de todos os partidos políticos representados na Constituinte para tentar buscar pontos de entendimento nas questões mais explosivas de elaboração constitucional.

Euclides Scalco (PMDB — PR), coordenador do "Grupo de Consenso", garante que às vésperas de o projeto ir ao plenário da Comissão de Sistematização muitas arestas foram aparadas.

Até mesmo na reforma agrária houve propostas convergentes. Mas um ponto parece ser o mais crucial e por isso continua ainda sob um clima de negociação: o sistema de governo. Crê o constituinte que se pode avançar em torno das fórmulas parlamentaristas e presidencialistas já anunciadas.

Em entrevista exclusiva ao **Jornal da Constituinte**, Scalco, que é também o primeiro-vice-líder do PMDB na Constituinte, revela sua preocupação com relação à nova Carta. Não crê que ela por si só resolva os problemas nacionais. É preciso vontade política dos governantes para que a Lei Maior seja cumprida.

Mas faz um alerta: "Ou nós faremos uma Constituição que corresponda ao Brasil de hoje, ou nós estaremos plantando uma semente que nós não sabemos que árvore vai dar". Entende como naturais as críticas, mas adverte que há interesse em desmoralizar a Constituinte. São os que querem manter o status quo.

JC — Há mais de 20 dias vive-se dentro e fora da Constituinte um clima de costura, de entendimento, mas, de repente, entra a questão do sistema de governo e se volta a viver um clima de impasse, de conflito. Qual a sua avaliação sobre esse momento?

Euclides Scalco — O clima de entendimento vem existindo há dois meses, quando surgiram os grupos suprapartidários. Diversos partidos, de acordo com suas tendências ideológicas, e mais a possibilidade de propostas — tudo isso fez com que se formassem aqui dois grupos, e a partir daí o entendimento foi a tônica desta Constituinte.

Com o que tivemos nas subcomissões e comissões mostrou-se que ir para o confronto não levaria ninguém a um desfecho consequente. Dentro da Constituinte ninguém tem hegemonia. Nenhum grupo, nenhuma tendência tem força hegemônica para decidir sozinho dentro da Constituinte. Então, a única maneira de avançar é negociar em busca de acordos que levem a um avanço da Constituição, a fim de que ela atenda aos interesses da população brasileira e, em especial, os seus segmentos menos favorecidos durante toda a História do País: aqueles que estão marginalizados. Se a Constituição não tiver condições de corresponder a esses anseios, não estaremos apenas frustrando esses segmentos, mas criando um caldo de cultura para a convulsão social e outros acontecimentos que estão por aí.

Acho que os exemplos do Rio de Janeiro, de dois ou três meses para cá, são os exemplos da situação difícil que o País vive. Ou nós faremos uma Constituição que corresponda ao Brasil de hoje, ou

estaremos plantando uma semente que nós não sabemos que árvore irá dar.

JC — Vamos examinar mais de perto esse tópico que está explosivo dentro da Constituinte: o sistema de governo. Como é que esta questão está sendo encaminhada?

Euclides Scalco — Até duas semanas atrás não se discutia sistema de governo. Nem dentro do nosso grupo — o progressista — se discutiu isso. Mesmo porque dentro do grupo há dois partidos que defendem o presidencialismo, nós defendemos o parlamentarismo. Logo, não iríamos suscitar dentro do grupo uma discussão daquilo que não chegaríamos a um consenso. Essa é uma questão que será decidida no voto da Comissão de Sistematização e no plenário. É claro que se deve conversar, dialogar, negociar, procurar acordo dentro de fórmulas que satisfaçam essa mudança de estrutura que a Nação precisa.

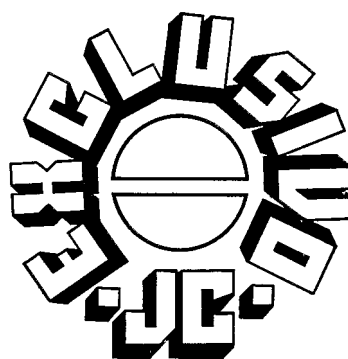
Entendo que só se mudam os rumos de uma nação de duas formas. Uma é a revolucionária, a outra é a mudança do regime. Com essa transição que estamos fazendo, teremos o dever de nesta negociação, procurar uma saída democrática não violenta para que nós encaminheemos o país do futuro. O que mostra o processo é que o parlamentarismo corresponde a essa mudança de estrutura. Muda o enfoque de poder, muda a participação dos diversos **partness** que devem ser levados em consideração nesse momento.

JC — Como negociador, é importante o deputado fixar sua posição?

Euclides Scalco — Defendo o parlamentarismo. Há três anos me



Euclides Scalco: Não é a lei que resolve, é a sua execução.



Nenhum grupo que está aqui aprova nada sozinho. É preciso conceder, negociar, fazer alianças, e essas alianças foram buscadas e feitas.

convenci e acho que a fórmula que podemos dar como saída é essa. Não é fácil, porque nós temos o presidencialismo arraigado na própria consciência do povo brasileiro. A população não entende o que é parlamentarismo, sempre foi presidencialista. Nós temos uma prática de governo, de poder imperial, quer dos prefeitos, quer dos governadores, quer da própria sociedade. Em qualquer sociedade esportiva ou recreativa você tem o presidente, que é a figura máxima central, que faz tudo. Para se mudar essa sistemática, é necessário todo um trabalho de edu-

cação que se deve fazer durante um processo, e entendo que, neste momento, nós temos este dever, sem se sobrepor à opinião da população.

Como constituintes eleitos, com o poder de fazer uma nova Constituição, temos que pensar que a crise é mais política do que econômica. Parece que o parlamentarismo é uma forma de governo que evita que as crises políticas se transformem em crises de governo. Essas crises, no parlamentarismo, se resolvem a nível de Parlamento, trocando o ministério, o primeiro-ministro ou chegando até à dissolução do próprio Parlamento, sem o mínimo trauma.

JC — E quanto à falta de uma estrutura partidária para compor, com equilíbrio, este parlamento?

Euclides Scalco — Este é um argumento que não vale para nós no Brasil. Na nossa História, tivemos partidos grandes, mas nunca partidos fortes. O partido de vida mais longa tem 22 anos, que é o PMDB, contando com a história do MDB. Na Argentina, temos partidos centenários; apesar do regime paraguaio, o Partido Colorado vai fazer cem anos no próximo ano. O que nós devemos fazer é assumir o parlamentarismo e através dele, sim, fortalecer os partidos.

JC — O deputado é favorável à instituição do parlamentarismo imediatamente à promulgação da nova Carta?

Euclides Scalco — Sou favorável à instituição do parlamentarismo logo. Acho que se pode estar discutindo uma hipótese de preservar o mandato do Presidente Sarney até 88 e depois ele completá-lo como presidencialista e ele

próprio presidir a eleição de um presidente parlamentarista.

JC — O deputado defende quatro anos de mandato?

Euclides Scalco — No parlamentarismo, cinco anos. São duas coisas distintas: o mandato do Presidente Sarney e os mandatos futuros. Não tem nada a ver uma coisa com outra. O Presidente Sarney, como vice de Tancredo, foi eleito para um período de transição democrática, e a transição se completa com a promulgação da Constituição. Uma transição tem que ser quanto mais curta possível. No que ela cumprir a sua finalidade deve se exaurir.

JC — Qual a sua avaliação desses sete meses de Constituinte, seu método, as críticas, seus resultados?

Euclides Scalco — É um processo absolutamente novo. Em nenhum país do mundo e nem na História do Brasil aconteceu isso. Sempre se partiu de um projeto inicial para discutir. O atual processo permitiu que a própria sociedade participasse de todas as discussões, a começar pelas subcomissões. Elaborando propostas, chegando à síntese, que nós estamos agora nessa semana buscando ir ao plenário, num trabalho árduo, mais longo do que normalmente ocorreu nos países que elaboraram suas Constituições.

Parace-me que com essa participação popular e inclusive com a possibilidade de 30 mil brasileiros apresentarem emendas populares, e que são 93, foi um processo novo e evidentemente que muito trabalhoso, muito difícil. Mas isto vai dar certo, e nós estaremos fixando um novo parâmetro, uma nova ótica e uma nova forma de atuar daqui para frente. É uma negociação intensa, mas foi o processo que gerou isso e me parece que foi absolutamente democrático.

JC — Mas o deputado não reconhece que há na sociedade uma inquietação muito grande em relação ao processo constituinte, gerando até um certo ceticismo com relação à futura Constituição?

Euclides Scalco — É uma coisa até natural. Constituinte é matéria política. Você não apalpa, você não concretiza. Na opinião do povo é difícil transformar a ideia de que a Constituinte representa pão, saúde, educação. A população verificará, posteriormente, se fizemos uma boa Constituição, que aquilo que vai mudar é fruto deste trabalho tão criticado, vilipendiado. Há interesse inclusive de desmoralizar a Constituinte. Muitos que querem defender o status quo, evidente que têm o objetivo e a forma de mantê-lo, desmoralizando aqueles que estão elaborando a Carta. Mas todos aqueles que têm consciência e que estão acompanhando de perto o trabalho constituinte verificarão que isto é sério e que há compromisso de parlamentares de fazer uma Carta que realmente responda ao momento brasileiro.

JC — A Constituição seria o elemento inicial, o ponto de partida, dessa transformação esperada?

Euclides Scalco — Evidente. A Constituição não vai resolver os problemas. Não é a lei que resolve, é a sua execução. É preciso que haja um governo comprometido com as propostas políticas que a Carta vai dar, fazer com que isso se transforme em pão, educação e saúde. Depende de uma decisão

de poder para que se faça isso. É por isso que se inclui na Carta o mandado de injunção, o crime de omissão, para fazer com que o poder seja responsabilizado se não cumprir aquilo que a Constituição decidir. É por isso que se defendia o Tribunal Constitucional, para que houvesse um órgão superior que analisasse o poder. Há uma forma de fazer com o que o poder esteja mais próximo da população, e o próprio parlamentarismo levará a isto.

JC — Se existem os partidos políticos atuando formalmente, como o deputado explica o surgimento desses grupos pluripartidários?

Euclides Scalco — É muito fácil. Falei primeiro que não temos partidos fortes no Brasil. Temos partidos grandes que agregam dentro do seu universo tendências as mais diversas, e é evidente que na hora de se elaborar uma Constituição isso fica flagrante. Os que são de direita e de esquerda dentro do PMDB não vão votar juntos. Juntam-se aqueles que defendem as mesmas teses que podem sair de partidos diferentes. Foi o que aconteceu.

No momento em que nos partidos não tiveram capacidade de conduzir o processo internamente, surgiram ao natural os grupos suprapartidários. Foi importante para a democracia, para o processo de transição, inclusive para a consolidação dos partidos, depois desta Constituinte.

JC — Acredita, então, que surgirão novos partidos?

Euclides Scalco — Não sei. Haverá uma acomodação político-partidária.

JC — A atuação desses grupos irá continuar, ou chegará a hora em que os líderes partidários terão de agir diretamente no processo de negociação em plenário?

Euclides Scalco — É evidente. A partir do momento que o projeto chegar para a discussão na Comissão de Sistematização e no plenário a participação dos líderes partidários vai ser fundamental. Não quer dizer que os líderes vão representar todos aqueles que estão no partido. Em nenhum partido, a não ser nos pequenos partidos ideológicos, o líder vai expressar a vontade da unanimidade. Pode expressar a vontade daquilo que o partido expressa, como é o caso do PMDB, que fez uma convenção e decidiu em cima de pontos polêmicos qual é a linha e o senador Mário Covas na Constituinte tem um parâmetro de defesa.

É evidente que o trabalho dos grupos suprapartidários tentem daqui para frente se exaurir e ir desaparecendo, e aí, então, é preciso que haja uma outra estrutura que suporte a negociação. Os líderes que assumam propostas que estão dentro do anteprojeto, as defendam ou apresentem outras propostas que porventura tenham interesse.

JC — Vamos fazer um balanço dos pontos de confronto; o que irá acontecer daqui para frente com cada uma das questões polêmicas?

Euclides Scalco — Os pontos de confronto são poucos. O principal é o sistema de governo. Não há como negociar. Ou é parlamentarismo ou é presidencialismo. Em cima da reforma agrária houve o que negociar, tanto que há consenso praticamente em tudo. O



Ter doze milhões de assinaturas nas emendas populares foi um processo de educação tremendo. Isso vai dar resultado em cima de quem tem poder.

único ponto que houve uma divergência e que não deu para fechar, foi na imissão imediata na posse em qualquer circunstância, embora o grupo dos 32, admita a imissão imediata na posse no caso da propriedade não cumprir função social. O que já é um passo adiante.

O grupo de centro-esquerda, progressista, de consenso, defende a imissão na posse imediata em qualquer circunstância. No caso do Incra ter cometido um erro desapropriando uma propriedade que cumpria função social, já que havia um processo todo em andamento de assentamento de agricultores, que se imita nessa circunstância e aí o governo seja penalizado, transformando o pagamento de títulos de dívida agrária em dinheiro, corrigido de acordo com o processo de inflação até o momento do pagamento.

JC — Um outro ponto político, amarrado com o sistema de governo, o voto distrital, como está a negociação?

Euclides Scalco — Dentro do projeto está o voto distrital misto, 50% eleitos por distrito, 50% pelo voto proporcional. Os pequenos partidos não aceitam, alegando as razões que até reconheço que eles tem fundamento. Parece-me que alguns países desenvolvidos têm esta prática e tem dado certo. Sempre fui pelo voto distrital. É uma maneira de você dar maior amplitude à representação, inclusive diminuindo o próprio poder econômico na eleição.

JC — Um ponto aparentemente pacífico, cuja polêmica só surgiu nos últimos dias é quanto ao direito do cidadão de recorrer às informações armazenadas em bancos de dados públicos e privados. Esse tema chegou a ser abordado no "Grupo de Consenso"?

Euclides Scalco — Não, o grupo não abordou isso. Entendo — E apresentei emenda nesse sentido — que todo o cidadão tem direito ao acesso a tudo aquilo que lhe diz respeito. É um princípio de liberdade, de democracia, de direito do cidadão saber o que os órgãos diversos sabem dele.

JC — Qual a sua posição com relação a maior ou menor intervenção do Estado na economia?

Euclides Scalco — Sou favorável àquilo que está no projeto. Foi consenso. Acho que o que está aí é o que preserva o mercado brasileiro, com reserva de mercado, com proteção de mercado e que define a empresa nacional, que estabelece as regras da exploração de jazidas, lavras e que garante o monopólio do petróleo. É uma forma perfeitamente aceitável e que, no meu entendimento, avançou muito, garantindo a independência e a dignidade da Nação brasileira.

JC — Como especialista e tendo dedicado toda a sua vida pública ao setor de saúde, como vê este setor no substitutivo do relator?

Euclides Scalco — Na área de seguridade, assistência, previdência e saúde há um consenso na criação do sistema único de saúde. É uma proposta de toda área de saúde nacional, comprometida com as mudanças e que quer ver todos os recursos da saúde aplicados em favor das populações carentes, a começar pelo atendimento primário. Isto está garantido no projeto.

A criação de um sistema único de saúde com a concomitante aplicação da reforma sanitária, discutida e aprovada na VIII Conferência Nacional de Saúde, mostra que este projeto vai oferecer caminhos à solução da área de saúde no futuro. Porque saúde é uma coisa mais ampla do que simplesmente distribuir remédio ou vacina. Saúde é alimentação. É habitação, é saneamento, é água, é esgoto, é trabalho.

É claro que não podemos dispensar, nesse momento, a iniciativa privada no atendimento terciário hospitalar. Ali temos dois ou três tipos de atendimento: o público exclusivo, o privado conveniado e o atendimento privado nos hospitais que não utilizam recursos do governo. Evidentemente que a área privada-conveniada tem que se submeter de forma suplementar ou complementar dentro do Sistema Nacional de Saúde para que ela participe deste processo que deve ser dirigido com os recursos da nação, mas dirigido via privado-conveniada e submetido às normas da reforma sanitária e do sistema único de saúde.



Se a nova Carta não corresponder aos anseios de todos os segmentos, estaremos criando um caldo de cultura para a convulsão social.



Cinco anos no regime parlamentar. São duas coisas distintas: uma é o mandato do Presidente Sarney, outra são os futuros mandatos.

JC — A imprensa criticou a ausência dos constituintes no período destinado à defesa de emendas de iniciativa popular. Como o deputado vê esse esvaziamento do plenário?

Euclides Scalco — Acho que esse é um processo legislativo normal. É claro que um parlamentar vai ao plenário quando a matéria lhe diz interesse ou ele tem interesse por ela. Temos uma visão errada do que é o plenário de um Parlamento. As coisas não acontecem no plenário; no plenário elas têm fim, mas os fatos acontecem nas comissões que são nomeadas especificamente para abordar esses aspectos.

É preciso de uma vez por todas desmistificar o fato de que não é preciso 559 parlamentares ficarem ouvindo dez horas de discurso sobre um tema, quando apenas vinte ou trinta são especializados naquele setor.

Eu mesmo fui assistir à apresentação de emendas populares só quando tinha alguma coisa a contribuir, porque fora disso, acho que meu dever de constituinte é ficar trabalhando em cima daquilo que entendo.

JC — Neste caso, no Congresso ordinário, será importante ampliar os poderes das comissões técnicas?

Euclides Scalco — Não faremos um processo legislativo eficaz se as comissões técnicas não tiverem ampliados os seus poderes. Para o plenário, só deve ir aquilo que é polêmico. Em outros países, o trabalho legislativo é feito nas comissões e só vai ao plenário quando há uma divergência profunda.

JC — Com a nova Carta, todas as prerrogativas serão recuperadas pelo Congresso, independente do sistema de governo?

Euclides Scalco — Prerrogativa não se discute, conquista-se. O Congresso valorizado terá seu espaço. Por isso estamos em busca do regime parlamentarista, o que quer dizer que o Parlamento vai participar do governo e é preciso que tenha outra forma de atuação.

JC — O deputado referiu-se no início aos episódios das favelas do Rio de Janeiro, onde fica evidente que surge uma sociedade paralela.

Que mais, além da nova Constituição e de um processo de educação política, pode ser feito para fazer voltar a credibilidade das pessoas nas instituições?

Euclides Scalco — Ter doze milhões de assinaturas nas emendas populares foi um processo de educação tremendo, e isso vai dar resultado em cima daqueles que detêm o mando do poder.

A Constituição por si só não vai mudar a face do país. Depende daqueles que aplicam a lei, que fazem a condução do processo.

É preciso entender o Hélio Jaguaribe, quando ele diz que temos dois tipos de sociedade: uma sociedade industrial que se equipara à de qualquer país do mundo desenvolvido e uma sociedade primitiva.

Será que a vida do favelado dos morros do Rio de Janeiro ou daquele que vive nas palafitas do Norte tem menos liberdade e tem menos condições que um escravo? Temos uma sociedade brasileira dividida. As diferenças no Brasil são enormes a ponto de não existir nenhum país no mundo em que o diferencial entre aquele que ganha mais e o que ganha menos seja tão grande como no Brasil.

É preciso uma tomada de consciência da população de um modo geral, inclusive das classes dirigentes, para essas distorções. Acho que a descida do morro da Rocinha leva o político e a classe dirigente brasileira a pensar que temos duas sociedades completamente diferenciadas e que acabam se colocando antagonicamente. Não vamos dizer que toda a violência é gerada por esses conflitos, mas essa situação de injustiça existente há muito anos está gerando um clima social muito tenso para o qual precisamos encontrar uma solução. O Plano Cruzado mostra que o País tem condições para sair dessa situação, porque com a pequena distribuição de renda que ele gerou durante oito meses demonstrou que há uma capacidade de o povo brasileiro adaptar-se, ou seja, com um pouco de dinheiro a mais, o povo brasileiro gerou um mercado de consumo enorme.

JC — Eleição ajuda esse processo de conscientização...

Euclides Scalco — A eleição é importante porque cada eleição é um processo educativo. O povo educa-se e politiza-se através do processo eleitoral.

JC — Não teme o deputado que o clima emocional inicial ou eventual ressurgirá no plenário final da Constituinte?

Euclides Scalco — Tenho absoluta certeza de que o clima emocional que já existiu aqui dentro não se reproduzirá. Desde o momento em que se colocou na mesma mesa as diversas correntes políticas que estão aqui representando setores diversos da sociedade e que souberam negociar, conversar e ceder de um lado e de outro, criou-se um clima de otimismo, um clima positivo no sentido de termos uma Constituição que realmente expresse a média e o perfil da sociedade brasileira.

Nenhum grupo que está aqui dentro aprova nada sozinho. É preciso conceder, negociar, fazer alianças, e essas alianças foram buscadas e foram feitas. Com isso creio que teremos os debates — e é natural que os tenhamos — com destaques de uma e outra posição, mas, no fim, teremos a aprovação de matérias que refletem realmente a média daquilo que queremos e representamos.

A cena era, no mínimo, insólita, para um inglês habituado à austeridade da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns no majestoso edifício do Parlamento, em Londres, onde a fleugma britânica dita normas para o resto do mundo e não abre mão de seus milenares costumes culturais. Do Salão Negro do Congresso Nacional, em Brasília, numa tarde em que a Assembléia Nacional Constituinte normalmente se reunia, vinham os sons de um órgão e de uma guitarra acompanhando um cantor da jovem guarda que, numa composição de extraordinário bom gosto, empolgava um público bastante heterogêneo: estudantes uniformizados, garotos de rua, jornalistas, parlamentares, senhoras de idade e alguns poucos guardas de segurança. Surpreendido ante a originalidade da cena, o inglês quis saber: "Do que se trata?" Pelo menos cinco distintas vozes se levantaram e, como se tivessem ensaiado, responderam em uníssono:

É o povo nacional

Na Grécia antiga, os cidadãos se reuniam na praça pública, e, sob a orientação dos mais sábios, filósofos, dramaturgos e poetas, discutiam os assuntos que diziam respeito à sua cidade. Discutiam os assuntos da guerra, os assuntos da paz e os assuntos do cotidiano. Dali, no debate a céu aberto, alto e bom som, nasciam as decisões. Das decisões se faziam as leis. Era um exercício salutar, ao que tudo indica, pela maneira como passou à posteridade e como os povos que se sucederam à hegemonia político-cultural grega procuraram imitá-los. Pois, enquanto essa prática durou, a Grécia atingiu o ápice da glória, e o seu povo, como bem o demonstram a memória e a tradição de suas artes e letras, era saudável, gozava de bem-estar e cultivava a sabedoria.

País novo e heterogêneo, o Brasil, após os solavancos totalitários que lhe atrasaram a marcha para o futuro, realiza, este ano, uma façanha incrível: fez o chamamento aos cidadãos de todo o seu território para que viessem discutir, debater os seus assuntos da guerra, da paz e do cotidiano. Esta Assembléia Nacional Constituinte poderá até não escrever a melhor Carta que o País já teve. Mas, uma característica ela terá: será o documento-

verdade, resultante da feliz idéia de reunir os cidadãos para debater os seus próprios problemas. Trabalhadores, índios, negros, empresários, proprietários, professores, domésticas e menores abandonados acorreram ao chamamento. Os erros e falhas ficarão por conta da novidade do exercício. Mas, a lição maior calará fundo. Sem a participação de todos não se pode construir uma nação saudável, que goze de bem-estar e cultive a sabedoria.

Quando, no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, se colocou o dispositivo, propiciando a participação popular, através de emendas ao texto constitucional desde que tivesse a assinatura de, no mínimo, 30 mil cidadãos, houve quem duvidasse da mobilização do povo e da sua vontade de participar ativamente desse momento histórico nacional. E, mesmo quando começaram a chegar as primeiras emendas, as previsões mais arrojadas quanto ao número de assinaturas não ultrapassavam a cifra dos 2 milhões. À medida, entretanto, que o prazo se esgotava, os corredores da ANC conheceram um movimento inusitado. Eram as emendas populares, mais numerosas e cada vez com maior número de assinaturas. O dia 12 de agosto marcou os trabalhos da Assembléia

como o mais concorrido. Era o "dia nacional das emendas populares". Quando se fez a contagem final, as cifras furaram todos os prognósticos, mesmo os mais otimistas. As emendas totalizaram 122 propostas, e as assinaturas foram acerca de 15 milhões. Era o povo participando maciçamente, era o povo querendo dar sua colaboração ao desenvolvimento do País.

Dos direitos da dona-de-casa de se aposentar à promoção do desenvolvimento artístico-cultural do País, passando pela reformulação do Imposto de Renda, pelo aborto, pela garantia do exercício e da prática da assistência e tratamento espiritual e pelas eleições diretas em 88, as emendas populares cobrem uma gama de questões que preocupam os mais diferentes segmentos da sociedade brasileira. Através delas é fácil aferir-se o grau de consciência político-social-econômico-cultural em que se encontra a população do Brasil. Emendas como as que defendem a educação como um direito de todos e um dever do Estado e os direitos da criança como prioridade nacional merecem destaque não apenas pelo volume de assinaturas mas pela profundidade com que as questões são abordadas e defendidas. A emenda assegurando o ensino público, gratuito e laico em todos





os níveis de escolaridade, por exemplo, com quase 259 mil assinaturas, não se limita a dizer que a educação se baseará nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da soberania nacional e do respeito aos direitos humanos, mas efetiva a prática desse princípio pela garantia de que o Estado tem o dever de prover, em todo o território nacional, vagas em número suficiente para atender à demanda. Pois, de nada adiantará o Estado se comprometer a fornecer o ensino público e gratuito se as escolas deixam fora das salas de aula mais de 8 milhões de crianças, sob a alegação de que "não há vagas". Sem a determinação constitucional expressa, o Estado poderá sempre eximir-se dessa obrigação, alegando falta de recursos para investir no ensino. Se, em qualquer país civilizado do mundo, já ficou comprovado que o melhor investimento que uma nação pode fazer é exatamente na pessoa humana, e a maneira de investir na pessoa é através da educação, por que no Brasil seria diferente? Por que somos hoje uma nação com 30 milhões de analfabetos? Haveria alguma correlação dessa cifra com a crônica alegação de que "não há recursos suficientes" para o campo educacional enquanto os recursos são abundantes para a execução de obras supérfluas ou inúteis mas que não rendem dividendos sociais?

O povo mostrou que está por dentro da matéria. Ora defendendo o direito à creche, ora defendendo a escola comunitária, ora ainda defendendo a integração social do deficiente através da escola, o povo

trouxe à Assembléia Nacional Constituinte diversas propostas para o campo educacional, algumas de maneira direta outras indiretamente, porque conseqüentes dentro de um mesmo contexto social.

Assim, a criança e o adolescente foram alvo das mais sérias preocupações da sociedade, a se deduzir do teor das emendas nesse sentido e da avalanche de participação que desaguou nas salas do Congresso Constituinte. Uma dessas emendas, defendida pelo movimento "Criança, Prioridade Nacional", defende os sete direitos capitais da criança e do adolescente: à vida, à sobrevivência digna, ao futuro, à infância, à adolescência, à dignidade, ao respeito à liberdade. Para os signatários dessa proposta, o quadro de miséria, carência e sofrimento, violência e degradação que atinge a grande maioria da nossa infância e adolescência pode ser mudado. É uma questão de querer nacional. De passar das boas intenções, cantadas em prosa e verso em congressos e conferências, para a efetivação de medidas e, sobretudo, para a efetivação da filosofia de todo um comportamento social.

TRIBUNA DO POVO

Na noite do dia 26 de agosto, o plenário da Comissão de Sistematização, que agora é o mesmo do Congresso Constituinte, conheceu um momento inteiramente novo. Novo e eletrizante. Isso mesmo. Havia uma vibração fora do comum misturada à alegria. Um misto de "estou feliz e me sentindo responsável pelo futuro do meu país". Pela

primeira vez, na história do Parlamento brasileiro, um cidadão comum, sem mandato eletivo, um cidadão do povo, em nome desse mesmo povo, assomava à tribuna para exercer o direito de falar, como se fosse, ele também, um constituinte. Era o povo na tribuna. Coincidentemente, o espetáculo ganhou novas proporções: o primeiro orador a vir ao Congresso Constituinte, defender da tribuna a primeira emenda popular era uma mulher.

Com muita propriedade, Moema Viezzer, a defensora da emenda referente aos direitos da mulher, externou sua certeza de que as mulheres, constituindo mais de metade da população do Brasil não poderiam ficar à margem do processo de elaboração da nova Carta Magna. Coordenadora da Rede Mulher, entidade de nível nacional, Moema Viezzer considerou muito importante esse primeiro passo, com a ratificação da Constituinte, no longo caminho que as mulheres ainda têm a percorrer para a conquista do seu direito de serem tratadas de maneira igualitária ao homem. Naquela mesma noite, mais duas mulheres ocuparam a tribuna da Constituinte, expuseram seus pontos de vista, foram aparteadas por parlamentares, responderam aos apertes, mostrando o seu grau de qualificação como cidadãs conscientes e como mulheres envolvidas com os problemas não só de sua classe mas do País como um todo. Maria Amélia de Almeida Teles defendeu a emenda sobre a reivindicação de assistência integral à saúde da mulher e do direito do abortamento, pela legis-

Constituinte



lação vigente considerado um crime. E Lúcia Pacifico Homem representou as donas-de-casa do Brasil, trazendo uma proposta cujo principal objetivo é permitir às donas-de-casa filiarem-se à Previdência Social a fim de que possam um dia aposentar-se com a garantia de sua subsistência.

Além das mulheres, e do Constituinte Del Bosco Amaral, subiram à tribuna da Assembléia Nacional mais dois representantes do povo, Francisco Massá Filho, em nome de 79 irmandades, ordens terceiras e confrarias ligadas à Arquidiocese do Rio de Janeiro, e Dom Benedito de Ulhoa Vieira, arcebispo de Uberaba, ambos contrários ao aborto, sendo que a emenda defendida por Dom Benedito trazia o aval de quase 516 mil eleitores.

De um exame mesmo superficial das emendas oriundas do povo, verifica-se como a sociedade está ligada na realidade nacional e como se preocupa em encontrar saídas para a libertação da miséria, da fome, do analfabetismo, da escravidão econômica, da submissão política, do atraso, dos preconceitos, da discriminação, da violência, do arbítrio, das injustiças sociais e do fantasma do totalitarismo. Nada escapou à sua ótica. O abastecimento, a aposentadoria condigna, a ques-

tão nuclear, as artes, a medicina preventiva e a alternativa, os problemas da censura, a cidadania, a saúde, a moralização do salário mínimo, a reforma agrária, a dívida externa, a ecologia, as eleições, os direitos trabalhistas, a família, o sistema tributário, os monopólios estatais, a restauração dos municípios, o índio, o negro, a habitação, as polícias, a previdência social, a propriedade, os tributos, a redivisão territorial, a religião, o funcionalismo público, o voto e o direito à vida em todos os seus aspectos são apenas alguns dos tópicos sobre os quais o povo se debruçou, refletiu, reuniu suas opiniões, formalizou-as através de emendas e as trouxe para a Assembléia Nacional Constituinte, numa contribuição inestimável aos trabalhos dos parlamentares para escrever uma Constituição que seja o resultado das aspirações do povo a quem vai servir de dogma e princípio.

A tribuna do povo está sendo o clima de um processo que começou nas subcomissões, quando qualquer cidadão pôde enviar suas propostas, ainda que assinadas por uma única pessoa, e onde entidades de classe, sindicatos, agremiações e associações das mais diferentes categorias tiveram vez e voto para discussão

dos primeiros rascunhos do texto constitucional. "Além de um belíssimo espetáculo para os olhos e para o espírito, a participação do povo na Constituinte representa uma oportunidade de as pessoas exercitarem a democracia e de defenderem determinadas idéias que encontraram ressonância significativa no seio da sociedade", acentuou a constituinte Moema São Thiago (PDT — CE). "A Constituição que estamos elaborando vai passar para a nossa história como uma das mais importantes e, provavelmente, como das mais duradouras, porque contamos com a participação de todas as camadas da população. A sociedade brasileira nela se refletirá de maneira mais autêntica porque acredita na democracia e está lutando por sua plenitude. Ela poderá não ser a Carta perfeita. Mas, será, sem dúvida, a Carta real, a Carta que o povo ajudou a escrever", disse o constituinte Valmir Campelo (PFL — DF) que, em seguida, se perguntou: "Haverá democracia mais perfeita do que aquela que decide os destinos de uma Nação segundo a grande vontade do seu povo?"

Maria Valdira

Povo deu seu recado sobre as emendas

Na reunião final da Comissão de Sistematização destinada à discussão das emendas populares, o assunto de maior predominância foi telecomunicações. Na oportunidade defendeu-se o monopólio estatal das telecomunicações, a manutenção da censura e a democratização nos meios de comunicação. A sessão foi movimentada também pela proposta de reconhecimento dos direitos das nações indígenas e com a defesa feita pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, de emenda em favor de eleições presidenciais para 1988.

DIRETAS

“O poder há que ser necessariamente colocado em disputa”. São palavras do Constituinte Mário Covas, ao expor a emenda popular que convoca eleições diretas para a Presidência da República em 15 de novembro de 1988, “com a posse do eleito no dia 15 de março de 1989, quando se encerra o mandato do atual titular do cargo”. A proposta foi apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais de Brasília, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Brasília, e pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, seção Brasília.

Mário Covas, em sua exposição, lembrou compromissos que foram assumidos pela Aliança Democrática, na figura de Tancredo Neves. O parlamentar leu uma entrevista do ex-presidente concedida à *O Estado de S. Paulo*, em 5 de agosto de 1984, declarando-se comprometido com um mandato de quatro anos (“segundo a tradição republicana”, dissera). Pela análise do parlamentar, tal compromisso deveria ser também o do Presidente José Sarney, como forma de coerência. Para ele, “compromissos nascem para serem cumpridos”. A aliança feita entre as forças representativas do povo foi no sentido de se promover uma transição democrática sem que fosse estabelecida uma data para o fim desse período, disse. O constituinte, entretanto, sublinhou que a legitimidade oferecida ao governo se esgota no instante em que for ultrapassada a fase transitória. A duração da transição, observou, é o tempo necessário para fazê-la.

MONOPÓLIO

A manutenção do monopólio estatal das telecomunicações, disciplinada em emenda popular e patrocinada pela Federação Interstadual dos Trabalhadores das Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônicas



Mário Covas

— Fittel, foi defendida pelo presidente da Associação dos Empregados da Embratel, Paulo Fernandes Gomes. A partir de 1962, o país alcançou um serviço de telecomunicações que pode ser comparado, até com vantagens, aos das grandes nações ocidentais, argumentou o palestrante ao citar dados de pesquisas realizadas por publicações especializadas.

Ao apelar aos constituintes para refletirem acerca dos problemas que as telecomunicações nacionais apresentavam antes de 1962, “quando da cidade do Rio de Janeiro se levava horas para comunicar-se com a vizinha Niterói”, Paulo Fernandes Gomes insistiu na afirmativa de que, com o Código de Telecomunicações, com a criação da Embratel e do Ministério das Comunicações, entre outras medidas, nesses 22 anos, o Brasil passou a ter um dos mais importantes sistemas de telecomunicações do mundo.

“Esse é um serviço que deve ser explorado sob o regime de monopólio”, aduziu o presidente da Associação dos Empregados da Embratel, observando que assim é feito em países desenvolvidos, como na França, na Inglaterra e na Alemanha Ocidental. Depois de acentuar que a Embratel foi considerada pela revista “Business Week” a 15ª empresa do mundo, entre mil, o expositor referiu-se à grande contribuição do sistema de telecomunicações para a integração nacional.

TABU

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg fez a defesa da emenda popular que prega a democratização dos meios de comunicação no Brasil, assunto que considerou como “tabu e incômodo”. Segundo sua explicação, o tema atinge poderosos interesses arraigados na velha República e muito bem consolidados na nova República”.



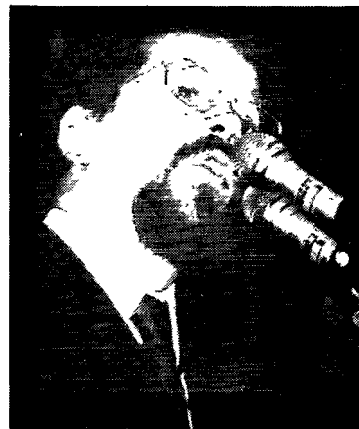
Jorge Uchoa Mendonça



Armando Sobral Rollemberg

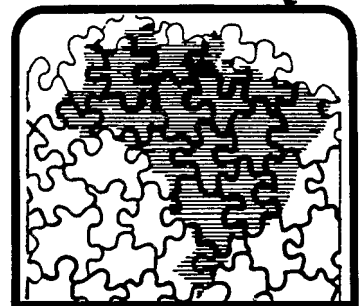


Júlio Marcos Germany Gaiger



Paulo Fernandes Gomes

SISTEMATIZAÇÃO



A legitimidade oferecida ao governo se esgota com a fase transitória. A duração da transição é o tempo necessário para fazê-la.

A proposta basicamente prega a ampla liberdade de informação e de opinião, rejeitando toda forma de censura, defende o monopólio estatal do serviço de telecomunicações e da comunicação postal, estabelece a informação como bem social, reivindica a formação de conselhos editoriais nas redações, propõe o direito de resposta e trata da criação do Conselho Nacional de Comunicação, que cuidaria de definir uma política de comunicação para o país.

Armando Rollemberg chamou atenção para o grande número de entidades que patrocinaram a proposição, num total de dez, excluindo a dos jornalistas, para observar que a democratização nos meios de comunicação não se configura num tema setorial, corporativista,

que interessa apenas a fração da sociedade brasileira. A seu ver, esse assunto é importante para todos por ser essencial à própria natureza do regime que a Constituição irá moldar. O expositor ressaltou que a proposta representa a posição expressa pelos jornalistas brasileiros em encontros e congressos convocados para essa finalidade e contou, ao longo do processo de elaboração, com o concurso de diversos outros setores que discutiram democraticamente a questão no âmbito da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação.

Tecendo comentários sobre “as deformações ora existentes no setor das comunicações nacionais”, o jornalista chamou a atenção para a questão do tráfico de influências e a corrupção que, no seu entender, dominam aquela área, particularmente no que se refere à concessão pública dos canais de rádio e televisão. Enquanto João Figueiredo, em seis anos, deferiu 598 novas concessões, o governo Sarney, em dois anos, já alcançou a casa das 327 — salientou o orador quando fez referência ao grande número de canais que teriam sido concedidos no Estado da Bahia pelo atual Ministro das Comunicações a familiares seus.

A parte mais delicada do problema, na sua opinião, é a questão do princípio de direito de que representante do poder público não deve ser concessionário de serviço público. Armando Rollemberg observou ser essa uma norma jurídica que exige uma reflexão dos constituintes por ensejar poderes ao Presidente da República quase imperiais. Afirmou ele que dessa forma fica extremamente difícil saber-se com precisão quantos pedidos de concessões estão em exame na Presidência da República.

ÍNDIOS

Renunciar ao etnocídio, à inte-

gração compulsória, ao colonialismo interno é objetivo apontado por Júlio Marcos Germany Gaiger em favor da emenda que propõe o reconhecimento das nacionalidades específicas dos membros das nações indígenas sem que isso lhes afete a cidadania brasileira. Para ele, o que importa à soberania do Estado é que se mantenha intata a filiação política, de forma a admitir o plurinacionalismo do Brasil.

Entende o orador que a assimilação não é futuro inevitável para os índios, afirmando que tal idéia é fruto de observação superficial. Pelos seus argumentos, os elementos conformadores das culturas indígenas — “como em qualquer cultura” — são complexos e não é a renúncia a algum traço cultural em particular que define o abandono da cultura de origem. “Não é o uso do rádio de pilha, do relógio ou trator, ou de qualquer técnica nova, que vai descaracterizar um índio, definiu. No seu entender, no rigor científico o que se distingue são os cidadãos natos dos cidadãos não-natos.

De acordo com as palavras de Júlio Marcos Germany Gaiger, as mais de 170 nações indígenas brasileiras são, em realidade, micro-nações, nem separada, nem conjuntamente, reúnem elementos mínimos a que algum dia possam pleitear mais que o respeito a suas identidades nacionais próprias. Não se pretende — esclareceu — sequer implicitamente, a adoção do conceito de soberania restrita em prol das nações indígenas. O fundamental, segundo explicou, é que se estabeleçam no texto constitucional, de forma adequada, os direitos mínimos sem os quais o etnocídio prosseguirá no país.

CENSURA

“Defendemos o direito de expressão, porque entendemos que é odiosa qualquer forma de censura que atinja a idéia, a criação da obra de arte ou que impeça que o autor tenha liberdade de criar”, afirmou Jorge Uchoa Mendonça, presidente da Associação Nacional de Juizes e representante da Associação Nacional dos Censores Federais e da Associação dos Delegados de Polícia Federal.

Comparando a situação de vida de populações marginais do Nordeste e do Rio de Janeiro, o expositor concluiu que, “embora no Nordeste os bolsões de miséria sejam muito superiores à miséria que grassa no Rio de Janeiro, a criminalidade é menor, porque sua principal causa é o nível baixíssimo a que chegou a educação no Brasil”.

Entre os elementos que predisporiam os indivíduos ao crime, Jorge Uchoa Mendonça incluiu os meios de comunicação de massa, que estariam interessados apenas no lucro e na bilheteria, e as falsas obras de arte, que estimulariam os jovens ao uso de entorpecentes e defenderiam abertamente os desvios sexuais. Em vista disso, exortou os constituintes a votar favoravelmente à manutenção da censura ao que denominou de “lixo cultural”.

Reforma agrária domina debate

Foi uma manhã de temas polêmicos no Plenário da Comissão de Sistematização. Entre os assuntos em pauta a reforma agrária foi o tema principal, a ser defendido por duas emendas populares. Do mesmo modo, o monopólio estatal do petróleo foi defendido por Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, escritor e Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Em seu discurso, Barbosa Lima Sobrinho leu documento inspirado em Euzébio da Rocha e assinado pelos engenheiros da Petrobrás, onde fixa a posição de que o monopólio estatal do petróleo é uma bandeira suprapartidária e deve ser carregada por civis, militares, estudantes, operários e profissionais liberais, bem como outros setores representativos do povo brasileiro.

Barbosa Lima Sobrinho afirmou igualmente que hoje o monopólio estatal apenas não é suficiente e que é preciso proibir os contratos de risco, conforme o texto da proposta de emenda popular assinada por mais de cem mil eleitores. O contrato de risco, na opinião do escritor e jornalista, é um furo no sistema de monopólio, bem como compromete todo o esforço de garantir para o País a sua auto-suficiência no combustível. Segundo o jornalista, os contratos de risco foram introduzidos no Brasil de forma clandestina, já que não existe qualquer dispositivo legal que autorize a realização dessa forma de contrato, caracterizando-se uma flagrante desobediência à Lei nº 2.004, que instituiu o monopólio do petróleo, com a respectiva criação da Petrobrás como empresa estatal encarregada.

Barbosa Lima Sobrinho revelou também que, em doze anos, os contratos de risco não propiciaram a descoberta de nenhuma gota de petróleo, embora tenham sido assinados mais de 240 contratos com empresas internacionais, cobrindo uma área de aproximadamente um milhão e meio de quilômetros quadrados. O volume de área concedida pelo governo, por si só, de acordo com Barbosa Lima Sobrinho, já se constitui em ataque à soberania.

O jornalista, dessa forma, dirigiu um apelo aos constituintes para que votem favoravelmente ao monopólio e afirmou que o relator Bernardo Cabral soube interpretar, em seu substitutivo, os legítimos interesses da sociedade brasileira além de dignificar ainda mais o seu mandato. O apoio ao pedido por Barbosa Lima Sobrinho diz respeito ao artigo 234 do atual Projeto de Constituição, onde fica consagrado não apenas o monopólio estatal como o fim dos contratos de risco no País.

REFORMA

Já a reforma agrária foi defendida inicialmente pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva. O representante da Contag considerou que os constituintes se devem fixar essencialmente ao conteúdo das propostas populares e, acima de tudo, em cada um dos milhões que as discutiram e assinaram, que igualmente cobram a colocação de dispositivos no novo texto constitucional que assegurem efetivos



Dom Francisco Austregésilo Filho

avanços ao encontro dos anseios da sociedade.

José Francisco da Silva ressaltou a importância da reforma agrária para a população brasileira, pois 4% dos proprietários concentram 70% das terras cadastradas no País. O presidente da Contag lembrou que no Brasil apenas 162 proprietários concentram nada menos que 35 milhões de hectares e que as propriedades de tamanho superior a 500 hectares representam ao todo 400 milhões de hectares.

Por outro lado, frisou José Francisco da Silva, existem 2,5 milhões de pequenos proprietários que detêm apenas 25 milhões de hectares de terras, tamanho este que por si só já se revela insuficiente para que o indivíduo assegure o sustento para ele e sua família. Francisco da Silva considerou um absurdo que num país de tamanho continental como o nosso, "com tanta terra, água, tanto braço para produzir, não se tenha oportunidade de adquirir um pedaço de terra". E esta situação não é um fato raro, de acordo com ele, já que dez milhões de famílias vivem nestas circunstâncias. Para o presidente da Contag, "se o governo quisesse, mesmo com as limitações impostas pela legislação em vigor, o processo de reforma agrária no País estaria mais acelerado, pois a mudança não depende somente da lei ou de um texto constitucional, mas sobretudo de empenho político".

Segundo Francisco da Silva, é necessário que a sociedade entenda que o direito de propriedade deve estar subordinado a uma obrigação social e que a terra é um bem de produção. Nesse sentido, ele considera que o Estado deve intervir nas terras que não são exploradas racionalmente e que não atendem aos requisitos da função social. O presidente da Contag disse ainda que a reforma agrária é um grande instrumento de criação de milhões de empregos no campo, "pois temos água e terra, precisamos apenas de financiamento e apoio técnico". Com esta medida, assegurou ele, será possível estancar o êxodo rural e impedir o inchamento das cidades, o que permitirá aos seus habitantes terem alimentos de forma organizada e com preço mais acessível.

ANOS 70

A reforma agrária também foi o tema de emenda popular defendida pelo deputado estadual pelo Pará, Valdir Ganzer, perante o plenário da Comissão de Sistematização. Valdir Ganzer reportou-se aos anos 70 quando, de acordo



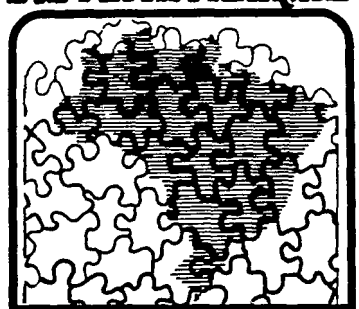
Valdir Ganzer



José Francisco da Silva

"É absurdo que em um país do tamanho do nosso, com tanta terra, água e braço para produzir, não se tenha oportunidade de adquirir um pedaço de terra."

SISTEMATIZAÇÃO



com o seu ponto de vista, o governo, percebendo os conflitos ocorridos no Sul e Nordeste do País, além da própria região Centro-Oeste, abriu novas fronteiras de colonização com a construção da Transamazônica e a rodovia Santarém-Cuiabá, sempre sob o slogan: "Amazônia, terra sem homem para um homem sem terra." O parlamentar lembrou inclusive que foi nessa época que ele mudou-se para a região, convivendo com a violência, no difícil dia-dia dos posseiros da sua localidade e imediações.

Valdir Ganzer referiu-se também aos trabalhadores rurais e dirigentes sindicais da região como abnegados que deixam seus familiares em casa, muitas vezes sem



Barbosa Lima Sobrinho

comida, e se empenham na luta em defesa dos sem-terra, encontrando, na volta, suas casas queimadas. O parlamentar paraense denunciou inclusive que a maior parte dos módulos rurais acima de mil hectares pertencem a 2% dos proprietários brasileiros que ocupam cerca de 58,3% do total das terras do País. Além disso, 14% do total da superfície da terra, divididos em módulos médios e pequenos — até 100 hectares —, pertencem a um número extraordinariamente grande de trabalhadores, ou seja, 83,2% do total de proprietários.

A violência rural também faz parte da rotina da região, segundo Valdir Ganzer. O orador enfatizou que, a partir do início da Nova República, os assassinatos de ruralistas no Brasil vêm aumentando consideravelmente, chegando a 261 em 1985 e 298 no ano seguinte. Isso sem considerar o primeiro semestre deste ano, quando já foram registradas mortes de 99 líderes camponeses e índios, segundo dados do próprio MIRAD.

Essa violência tem como agente principal, de acordo com o parlamentar, ação da UDR, "que de democrata só tem o nome". A título de ilustração, Valdir Ganzer citou caso ocorrido há duas semanas, quando fazendeiros, ajudados por cerca de 150 pistoleiros e policiais, expulsaram os posseiros de uma fazenda, obrigando-os a assinar uma relação forjada de crimes.

Por fim, Valdir Ganzer pregou uma reforma agrária aplicada juntamente com uma política agrícola voltada para a produção e que esta "faça justiça ao esforço do trabalhador". Ganzer declarou que o compromisso do Presidente José Sarney de fazer o assentamento de 450 mil famílias entre os anos de 85 a 87 atingiu, até o momento, somente 2%.

AGRICULTURA

Ao falar em nome de um milhão e 200 mil associados da Organização das Cooperativas Brasileiras, Flávio Teles Menezes defendeu emenda de iniciativa popular em favor da agricultura que contempla ao mesmo tempo uma política agrícola e uma política fundiária com a reforma agrária. Disse o orador que a sua organização não aceita a especulação imobiliária e que o legítimo produtor rural, aquele que toda a sua vida trabalhou, reinvestindo e produzindo mais, terá o seu integral apoio. Aquele que estiver com a propriedade de terra com fins meramente especulativos pode e deve ser desapropriado pelo poder

publico, afirmou Flávio Teles de Menezes.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira afirmou ainda que, há exatamente meio século, a agricultura vem transferindo renda e recursos humanos para a construção das cidades. Em sua opinião "não há uma pedra do porto de Santos e desta capital que não tenha sido paga com dinheiro trazido da produção agrícola". Para situar ainda a importância da agricultura no processo de desenvolvimento, Flávio Menezes lembrou que 11% do Produto Interno Bruto é agrícola e que 30% da população vive no campo, enquanto a renda per capita no meio rural é de apenas 1/3 da renda da cidade.

Em seu discurso, Flávio Menezes criticou a política governamental relativa à agricultura, classificando de desigual o tratamento que o meio rural recebe em relação aos demais setores da economia nacional. O presidente da Sociedade Rural Brasileira disse que há um ano, por exemplo, o governo importou milho dos Estados Unidos, com isenção de impostos, enquanto os produtores brasileiros precisavam pagar mais de 20% de impostos para produzir esse mesmo cereal. Para Flávio Teles Menezes, finalmente, se o País não fizer uma modernização no campo, não haverá forma de conduzir o destino da nação, destacando que esse processo denunciado por ele de transferência de renda do setor agrícola para outros setores da economia não se faz impunemente.

ECONOMIA

O último orador inscrito neste horário de defesa de emendas populares foi o Bispo de Afogados, Pernambuco, Dom Francisco Austregésilo Filho, que, em nome da CNBB, do Movimento de Educação de Base e da Cáritas brasileira, sustentou proposta sobre a ordem econômica, dividindo-a em duas partes distintas.

Inicialmente, Dom Francisco discorreu sobre o princípio que estabelece a toda a organização de ordem econômica a primazia do trabalho sobre o capital. No entender do Bispo de Afogados, pela lei natural acolhida também na lei positiva de Deus, a organização de ordem econômica deve fundar-se na valorização do trabalho sobre o investimento, tanto na organização da atividade produtiva, como na distribuição de seus frutos.

Para Dom Francisco Austregésilo Filho, a remuneração, dessa forma, deve corresponder às necessidades básicas do trabalhador e de sua família, pois é o meio de respeitar-se o próprio indivíduo. Por esse motivo, é imprescindível que esse preceito seja introduzido como lei na nova Carta Magna.

Dom Francisco Austregésilo Filho argumentou ainda que a propriedade rural, sem utilização, não corresponde a sua obrigação social e deve ser considerada em estado de abandono, e, portanto, passível de ser alienada pelo Estado para fins de reforma agrária. Mas, além da distribuição de terras, Dom Francisco lembrou serem necessárias outras medidas de apoio, como uma política agrícola adequada.

Estado deve regular a economia

O regime de empresa na atividade econômica, dentro da organização do Estado brasileiro, foi objeto de emenda popular defendida pelo Constituinte Olívio Dutra, do PT do Rio Grande do Sul, perante o Plenário da Comissão de Sistematização. Para ele, é dever do Estado regular a atividade econômica em todos os setores, a fim de preservar o poder aquisitivo da moeda nacional, bem como proteger os interesses dos consumidores, a saúde, a segurança e a moralidade pública.

Também — conforme a exposição do orador — cabe ao Estado explorar diretamente todas as atividades relacionadas com o sistema financeiro. Cabe aos órgãos de planejamento definir as áreas de empresas da propriedade privada, pública ou mista, para as distintas atividades econômicas.

A emenda popular defende que o sistema financeiro brasileiro, para ser capaz de dar direcionamento social ao crédito, deverá ser estatizado.

Hoje — diz Olívio Dutra — 17 grandes banqueiros nacionais, com vinculação inclusive com o capital multinacional, dominam o sistema financeiro. O crédito, o financiamento para os setores primário, secundário e terciário, é cada vez mais difícil de ser alcançado por aqueles que, efetivamente, dele precisam para produzir e abrir novos postos de trabalho para 2 milhões de brasileiros desempregados e outros tantos subempregados.

MINERAIS

A Emenda Popular nº 46, que versa sobre o Imposto Único Sobre Minerais (31.239 assinaturas), e patrocinada pela Associação Brasileira de Cidades Mineradoras de Itabira, pela Associação dos Municípios da Região Carbonífera de Criciúma e pela prefeitura municipal de Itabira, foi defendida pelo Constituinte Walmor de Luca, do PMDB de Santa Catarina.

Objetiva essa emenda — diz Walmor — tratar da questão mineral e do imposto decorrente desta atividade de forma mais justa, equânime, e que contemple sobretudo o município onde se exerce a atividade mineradora. Essa emenda nasce da angústia daqueles que vivem nos municípios e têm na atividade mineral sua principal fonte de trabalho. A atividade mineral difere enormemente de qualquer outra. O minério, como já se disse e repetiu várias vezes, é aquela riqueza que não tem duas safras. A medida que uma mina cresce e desenvolve seus trabalhos, mais próxima está seu fim, completou o parlamentar.

COOPERATIVAS

Guntolf Van Kaick, presidente em exercício das Organizações das Cooperativas Brasileiras, defendeu o cooperativismo, e disse que os cooperativistas querem: liberdade de constituição, atuação em todos os ramos de atividade humana, livre administração e autocontrole das sociedades cooperativas.

Conforme Guntolf Van Kaick, para evitar altos e baixos da liberdade de atuação das cooperativas,



Olívio Dutra



Mário Amato



Walmor de Luca

a emenda popular pretende que a futura Constituição coloque as cooperativas no mesmo pé de igualdade das demais sociedades, livrando-as do opressivo controle estatal, que vai desde a sua constituição até a sua extinção.

O orador foi felicitado pelo Constituinte Adhemar de Barros Filho, do PDT de São Paulo, segundo o qual o cooperativismo é uma das postulações do trabalho democrático. Adhemar confessa que vê no seio do projeto de Constituição muito pouco no sentido de dar ao cooperativismo a força que precisa ter.

DONAS-DE-CASA

O vice-Presidente Aluízio Campos passa a presidência dos trabalhos ao Constituinte Lysâneas Maciel, que dá a palavra a Lúcia Pacífico Homem, representante das seguintes entidades: Movimento das Donas-de-Casa de Belo Horizonte; Movimento das Donas-de-Casa de Nova Lima e Associação Comunitária do Bairro de Santa Teresinha.

Ela recorda que o consumidor é o maior segmento social e o que tem menor poder de influência nas decisões governamentais, empresariais e legislativas.

Diz ainda Lúcia que a maior parte dos consumidores brasileiros ganha ínfimos salários, paga caro até impostos e serviços públicos, consome mal em qualidade e quantidade, fraudado que é em seus direitos e, não obstante, não encontra respaldo legal e institucional, tal a parafernália institucional e normativa reinante no setor, o que só gera tumulto e desalento para o honesto empresário e para o consciente consumidor, beneficiando apenas o "profissional" da fraude e dos ganhos fáceis.

DÍVIDA

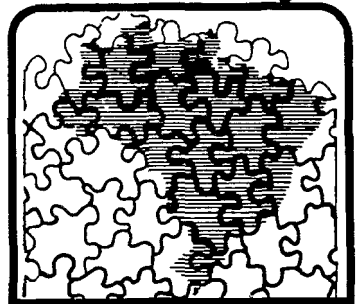
Inácio Arruda, diretor da Federação de Associações de Moradores de Fortaleza, defendeu a emenda que suspende o pagamento da dívida externa e dos respectivos juros.

Inácio Arruda representou ainda a Confederação Nacional das Associações de Moradores de Brasília, a União Nacional dos Estudantes de São Paulo e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Suspensão do pagamento da dívida e dos juros porque quer o progresso e o desenvolvimento do País, e a dívida externa significa total estagnação da economia e do desenvolvimento.

Só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e, daí, uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social.

SISTEMATIZAÇÃO



PROPRIEDADE

A Constituinte Lídice da Mata, do PC do B, Bahia, defendeu emenda popular dispondo que "a União poderá promover a desapropriação da propriedade rural ou urbana, mediante pagamento de justa indenização fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública".

Diz ainda: "todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, possuir imóvel como seu por três anos contínuos, como domicílio permanente seu e de sua família, sem oposição, adquirirá o domínio mediante sentença que servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis".

Lídice da Mata explicou que a proposta fora encaminhada pelo mosteiro de São Bento, Associação de Pais e Mestres da comunidade de Saramandaia e pela Associação Comunitária União Paraíso, e subscrita por 33 mil eleitores.

EMPRESÁRIOS

Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, defendeu a emenda referente à livre iniciativa, e disse que o compromisso com a livre empresa decorre de uma profunda con-

vicção: a de que, só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e, consequentemente, uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social.

Conforme Mário Amato, no regime de livre iniciativa incumbe à empresa privada a missão de acionar o progresso e trabalhar pela prosperidade que beneficia a todos, propiciando melhor qualidade de vida ao povo, dentro dos princípios de justiça social.

TREINAMENTO

A preservação do Sesi, SENAI, SESC e SENAC nos moldes atuais foi defendida, perante a Comissão de Sistematização por Carlos Eduardo Moreira, representando entidades que sustentam a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e a Federação das Indústrias de Brasília, e que destacou os objetivos educacionais e de treinamento para o trabalho daqueles órgãos.

Na parte tributária da Constituição, em debate, está disposto que da folha de pagamento só poderá ser descontado o que constar de lei, e isto, conforme tem sido debatido, afetaria órgãos como o Sesi e o SENAC, dentre outros, nos termos em que atualmente funcionam.

Conforme Carlos Eduardo Moreira, aquelas entidades, mantidas pela Indústria e pelo Comércio, são paradigmas, não só no Brasil como em qualquer outro país.

Outra emenda, que também trata da mesma questão, qual seja a preservação do Sesi, a de nº 68, foi defendida pelo consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio, José Washington Coelho, que manifestou perplexidade de ter que defender instituições que cometeram apenas o crime de trabalhar bem em favor da classe necessitada, adotando critérios de solidariedade.

— O SESC e o SENAC — diz o orador — são modelares sob o ponto de vista do equilíbrio orçamentário. São instituições com controle absoluto, com participação tripartite na administração e com um rol imenso de realizações de serviços.

Washington Coelho rendeu homenagens à Comissão de Sistematização, que teve "a sensatez de eliminar a proposta de estatização".

— Um plebiscito — ponderou o deputado Paulo Ramos (PMDB—RJ), em aparte —, po-

deria surpreender aqueles que criticam tanto a estatização. Defendo a livre iniciativa, defendo a economia de mercado, mas faço questão de dizer que hoje o Estado assumiu a administração de muitas empresas privadas para saneá-las e, depois, restituí-las à iniciativa privada. Por isso não é justo dizer-se que o grande mal deste país é a estatização.

Mário Lima (PMDB—BA) e Miro Teixeira (PMDB—RJ) manifestaram-se favoráveis à preservação das entidades conforme vêm funcionando.

Rose de Freitas (PMDB—ES) destacou que há um consenso atualmente em torno da matéria, daí considerar desnecessário o "lobby" instalado na Constituinte para defender a proposta.

MÃO-DE-OBRA

A defesa das empresas intermediadoras de mão-de-obra foi feita por Celita Oliveira Souza, representante da Federação Brasileira das Associações de Empresas de Asseio e Conservação e de outras associações, segundo a qual a proibição desse tipo de atividade não é pedida pelos trabalhadores nem por sindicatos, mas por lideranças sindicais de outras categorias.

Celita Oliveira Souza defendeu a aplicação de um novo conceito de estabilidade social, peculiar às empresas intermediadoras de mão-de-obra, onde o empregado se tornaria estável pela capacidade técnica e produtividade, sem correr o risco de permanecer ocioso na empresa ou realizando tarefas inúteis.

Já o deputado Mário Lima (PMDB—BA) condenou a existência dessas empresas locadoras de mão-de-obra, observando que elas chegam a ganhar até 30% de comissão, sem oferecer condições dignas de trabalho e outras facilidades, tais como alimentação e transporte.

Na contradição, Celita Oliveira Souza convidou os constituintes a visitarem várias empresas intermediadoras de mão-de-obra. Sustentou que a existência de empresas inidôneas é fenômeno encontrado em todas as áreas.

CORRUPÇÃO

Já Octanny Silveira da Mota sustentou que as contribuições pagas pelo empresário para a manutenção do SENAI, SESC, SENAI, entre outras, não devem ser absorvidas pelo Fundo de Seguridade Social, pois há o perigo de corrupção e do apodrecimento dessas entidades que fatalmente estariam condenadas a se transformar em agências públicas burocratizadas e ociosas. Octanny quer as entidades na atual configuração.

APOIO

Num relato de como ocorreu a criação do Serviço Social da Indústria — Sesi, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, órgãos pioneiros vinculados à Confederação Nacional da Indústria, Cássio Aurélio Branco Gonçalves pediu aos constituintes que apoiem a preservação e estimulação dessa obra iniciada há 40 anos em favor da preparação da mão-de-obra, portanto do trabalhador.

Sistematização analisa projeto

Encerrados os prazos para defesa, em plenário das emendas populares, a Comissão de Sistematização passou a analisar o projeto de Constituição nos termos do Substitutivo Bernardo Cabral. Até o dia 17 permanecem os debates no plenário da Comissão. Nas primeiras discussões, os temas mais focalizados foram reforma tributária, desigualdades regionais, sistema de governo e ensino superior.

O governo federal deve ter por obrigação constitucional a manutenção do ensino superior. Emenda neste sentido foi defendida pelo constituinte José Tavares (PMDB-PR), que disse desconhecer as razões pelas quais o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, retirou do primeiro anteprojeto essa determinação. Os estados e municípios — afirmou — não dispõem de capacidade financeira para arcar com essa responsabilidade.

José Tavares tomou como exemplo o seu estado, para dizer que mais de dois bilhões e meio de cruzados serão gastos no custeio das universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, quantia da qual não poderia dispor o Paraná, sob pena de comprometer totalmente outros setores sociais pelos quais é responsável.

UNIVERSIDADES

Também em defesa da emenda veio o constituinte Doreto Campanari (PMDB-SP). Enquanto se multiplicam as universidades em ordem aritmética — disse — os analfabetos, mesmo entre os portadores de curso superior, aumentam em proporção geométrica. A criação e expansão das universidades estaduais devem contar com o apoio do governo federal, especialmente quanto à formação de corpos de pesquisadores de alto nível, completou.

Doreto Campanari lamentou que as universidades federais tenham tido constituição não planejada, o que comprometeu a unidade e a qualidade do ensino.

CULTURA

O poder público e a comunidade devem desenvolver um trabalho conjunto para preservar o patrimônio histórico e cultural brasileiro, defendeu o constituinte Octávio Elísio (PMDB-MG) na sessão plenária da Comissão de Sistematização. A proposta do parlamentar mineiro prevê punição para quem cause danos ou ameace o patrimônio popular.

A preservação do acervo artístico e cultural brasileiro — explicou — sempre foi um desafio diante da confusão que se estabeleceu entre desenvolvimento e bem-estar, modernidade e urbanização; e também crescimento econômico. Ele quer que o crescimento econômico e a modernização se deem paralelamente à preservação do meio ambiente natural e cultural, numa perspectiva inclusive de compromisso com as gerações futuras.

TRIBUTAÇÃO

O constituinte Darcy Deitos (PMDB-PR) sustentou uma nova redação para o art. 213 de tal forma que haja mais justiça na repartição dos recursos da União, especialmente em relação aos mu-



292 em defesa do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Um grupo de parlamentares do Nordeste, Norte e Centro-Oeste entregou ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, mais de 30 emendas de interesse das três regiões para serem inseridas no substitutivo do projeto de Constituição. O constituinte Albérico Cordeiro (PFL-AL), ao falar em nome de 292 representantes, disse que, das emendas, treze são inegociáveis por serem imprescindíveis para o desenvolvimento daquelas regiões. Cordeiro salientou a emenda que determina a destinação de investimentos pro-

porcionalmente à população das regiões e a que destina 3% da arrecadação federal para a aplicação específica naquelas áreas. O constituinte José Dutra (PMDB-AM) falou da importância das emendas e pediu o apoio de Ulysses no combate à discriminação na distribuição da renda nacional. O presidente da Constituinte prometeu encaminhar as propostas ao relator Bernardo Cabral e disse ter visto com os próprios olhos "os imensos bolsões de miséria existentes naquelas regiões".

nicipios, os quais, a seu ver, deveriam ter uma participação mais efetiva na receita tributária da União. Segundo o parlamentar, a permanecer a proposta nos termos do substitutivo, que divide 46% do IPI e do Imposto de Renda entre os estados e municípios, os prefeitos continuarão vindo a Brasília a fim de, "com chapéu na mão", pedir recursos para o desenvolvimento de suas cidades.

EMPRESA

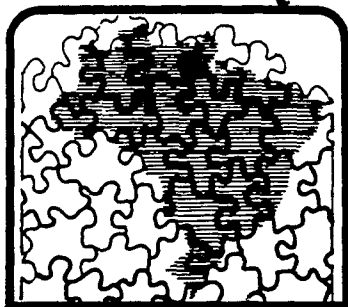
O constituinte Raimundo Bezerra (PMDB-CE) também fez referência a mudanças no citado artigo, só que especificamente no inciso C, que destina 2% de recursos federais ao Nordeste e Norte, através dos governos dos estados. No seu entendimento, o percentual deve ser elevado para 3%.

Ressaltando não ser sua intenção criar polêmica em torno do assunto, o parlamentar manifestou ponto de vista segundo o qual se faz necessário que a nova Constituição venha a corrigir as distorções seculares existentes entre o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste do país.

QUALIDADES

O constituinte Chagas Rodrigues (PMDB-PI) reconheceu qualidades "indiscutíveis" no

SISTEMATIZAÇÃO



substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, e considerou improcedente a maioria das críticas ao anteprojeto. Sobre as emendas que apresentou, Chagas Rodrigues destacou a que implanta o sistema parlamentarista de governo no Brasil, no seu entendimento, o único capaz de viabilizar o verdadeiro progresso social no país. O presidencialismo, no correr dos 100 anos de sua adoção, só trouxe problemas e angústias para o povo, acentuou.

Visando tornar mais flexível o parlamentarismo, o constituinte observou que sua emenda propõe a possibilidade de o presidente da República indicar o nome do primeiro-ministro por duas vezes consecutivas.



Anna Maria Rattes

Dia da Imprensa

A importância do papel cumprido pelo jornalista, principalmente no momento em que funciona no país a Assembleia Nacional Constituinte, foi reiterada pela constituinte Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), ao registrar a passagem do Dia da Imprensa, 10 de setembro. Em razão da data, a constituinte fluminense enviou à direção e à equipe do *Jornal da Constituinte* uma mensagem na qual afirma que "saudar os jornalistas no Dia da Imprensa, hoje, em nosso país, não pode ser um ato de mero cumprimento. Diante dos problemas e dificuldades enfrentados pela classe, para o livre exercício de sua atividade, representa, mais do que nunca, um manifesto consciente e sincero de apoio à luta pela liberdade de imprensa e de expressão".

Anna Maria Rattes destaca o fato da elaboração da futura Constituição para defender que esta deve consignar em seu texto dispositivos que impeçam a censura e o monopólio no sistema de comunicação de massa e que ratifiquem, de uma vez por todas, os anseios legítimos de liberdade e verdadeira democracia de todo o povo brasileiro. "Contem comigo" — diz a constituinte, ao final de sua mensagem a este jornal.

ESCREVA A SUA CARTA

Uma das afirmações que se ouve com maior frequência é a de que o Brasil é um vasto continente. Mas, nesta época de Constituinte, podemos observar que tamanho não é problema, eis que todos estão se aproximando com a mesma velocidade com que se conduz o pensamento. É o que nos mostram as cartas, que continuam chegando, às centenas, aos constituintes e a este jornal. Confira. E mande também a sua mensagem.



Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal

Filiado à Federação Nacional dos Odontologistas

Brasília, 14 de agosto de 1987.

Ofício nº 460/84-87 - SODF

Senhores Constituintes:

Congratulamo-nos com toda a equipe do jornal da Constituinte pelo sucesso que vem obtendo com a referida publicação. Este Sindicato aproveitando a oportunidade, não poderia deixar de expressar sua preocupação em não ver até o momento contemplado satisfatoriamente no anteprojeto de Constituição posições adotadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde e 1ª Conferência de Saúde Bucal, realizadas respectivamente em março e outubro de 1986 com ampla participação popular e de técnicos da área. A persistir o divórcio entre as aspirações populares e as posições da Assembleia Nacional Constituinte o que poderá ocorrer é a completa desmoralização do Poder Legislativo. Que os Srs. Constituintes fiquem alertas a este fato.

Atenciosamente,

Dr. J. J. B. B.
SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA - CD
PRESIDENTE

Porangatu(GO), 12 de agosto de 1.987.

Ao

JORNAL CONSTITUINTE

Câmara dos Deputados - ADIRP

70160 - BRASÍLIA -DF.

Senhores Constituintes:

Sou contra o regime parlamentarista mesmo porque já vivemos essa experiência durante o período João Goulart e não deu certo, e "tem que dar certo"... Portanto, conclamo aos deputados e senadores constituintes votarem por um presidencialismo moderno à altura de nossa época e para que possamos chegar ao Ano 2000, (tão próximo) com plenitude democrática.

Belém
Raul Belém
Porangatu,GO.

— ACIMAR —

ASSOCIAÇÃO DOS CIVIS E MILITARES APOSENTADOS E DA RESERVA

São Paulo, SP, 15 de julho de 1987

Senhor Diretor Responsável:

Pela presente, solicitamos a fineza da redação do JORNAL DA CONSTITUINTE a esta associação, que congrega no Estado de São Paulo todos aqueles que anseiam por uma Anistia ampla, geral e irrestrita, de paz e justiça na sociedade brasileira.

A propósito de certa campanha reacionária contra a Anistia, esclarecemos que a mesma é mentirosa quando se refere ao retorno dos militares ao serviço ativo, pois o Artigo 475 do Projeto aprovado na COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO não se refere à reintegração "ao serviço ativo" e a maioria, senão a totalidade dos militares a serem beneficiados absolutamente não desejam essa situação, até mesmo devido a idade ultrapassada.

Atenciosamente,

J. J. B. B.
JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA
Diretor Presidente

Fortaleza, 30.07.87



BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

AO
JORNAL DA CONSTITUINTE

Prezados Senhores,
Sou funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e coordenador do Grupo Justiça e Paz, entidade popular sediada no bairro Maraponga, nesta cidade. Peço que enviem para o referido grupo (Rua Dom Pedro Fernandes, 373 - Maraponga - 60.470 Fortaleza CE) exemplares antigos e as futuras edições do JORNAL DA CONSTITUINTE. Publicação da ANC e nos estudos que realizamos. Antecipados agradecimentos.

Ademir da Silva Costa
Ademir da Silva Costa
pelo GRUPO JUSTIÇA E PAZ

BNB - 02.005.7 - 02/85

Mário Bento da Silva
Mário Bento da Silva
58055 - GELATO - PESSOA

Senhores Constituintes,
É com grande satisfação que tenho a oportunidade de escrever para o JORNAL DA CONSTITUINTE, entidade que representa os interesses dos brasileiros que desejam a Anistia ampla, geral e irrestrita, de paz e justiça na sociedade brasileira. A proposta de retorno dos militares ao serviço ativo, não se refere à reintegração "ao serviço ativo" e a maioria, senão a totalidade dos militares a serem beneficiados absolutamente não desejam essa situação, até mesmo devido a idade ultrapassada.

Mário Bento da Silva
Mário Bento da Silva
58055 - GELATO - PESSOA



Ao velório de Marcos Freire, no salão negro do Congresso Nacional, compareceram os presidentes dos três Poderes da República e centenas de amigos

ANC parou por Marcos Freire

A morte do ministro da Reforma Agrária, ex-senador e ex-deputado federal, Marcos Freire, repercutiu intensamente nos meios parlamentares, provocando a suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e do Senado Federal. Os dois plenários silenciaram em reverência à memória do político pernambucano depois que mais de 70 parlamentares se pronunciaram exaltando as suas qualidades e externando tristeza e dor.

Ao suspender a sessão da Assembléia Nacional Constituinte, a requerimento do constituinte Nilson Gibson (PMDB—PE), o presidente Ulysses Guimarães afirmou que “Marcos Freire é nome conhecido no Brasil. Não é fácil, num país de 140 milhões de habitantes e de extensão continental. A valentia foi a marca da sua luta. Foi assim que ele abriu o caminho da notoriedade: construiu sua carreira, passo a passo, com garra, com insaciável apetite político. Conheci-o, eleito deputado federal e muito moço, nós dois entrincheirados em campos opostos, ele um dos líderes do famoso e rumoroso Grupo Autêntico do MDB. Pude avaliar seu talento, sua criatividade e seu arrojo, que de pronto o tornaram reconhecido pela opinião pública do país. Deputado federal, senador, líder do PMDB no Senado, candidato a governador de Pernambuco, presidente da Caixa Econômica Federal e ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, eis algumas das etapas de sua excepcional caminhada na vida pública da Nação. A Assembléia Nacional Constituinte foi, por duas décadas, a sua bandeira. Carregou-a por todos os estados e territórios da Federação. Agora que ela está desfraldada no mastro do Congresso Nacional, a Constituinte deve arriá-la em funeral, em respeito e reconhecimento a seu crente, seu soldado e seu guia”.

Por sua vez, ao levantar a sessão do Senado, a requerimento do líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, o presidente daquela Casa do Congresso, sena-

dor Humberto Lucena (PMDB—PB), disse ter sido testemunha “do que foi a trajetória brilhante e dinâmica de Marcos Freire, assumando à tribuna sobretudo para, naquela fase difícil, e que foi a mais sombria da ditadura militar, que nos infelicitou por mais de 20 anos, denunciar a violação dos direitos humanos contra dezenas, senão centenas de cidadãos brasileiros”.

CONSTITUINTE

No plenário da ANC se pronunciaram sobre a morte de Marcos Freire, além do presidente Ulysses Guimarães, mais de 30 constituintes dos diversos partidos. O líder do PMDB, constituinte Mário Covas (SP), manifestou a esperança de que a herança política de Marcos Freire, em defesa dos princípios democráticos, seja preservada e perpetuada por todos os constituintes.

Destacaram-se, ainda, os pronunciamentos dos constituintes Hermes Zaneti (PMDB—RS), pedindo que não se interrompa o trabalho desenvolvido pelo ministro desaparecido à frente da reforma agrária; e Bonifácio de Andrada (PDS—MG), para quem “foi duplamente chocante o acontecimento, não só pela violência do acidente em si, mas também pela perda que o desaparecimento de Marcos Freire representa para a vida pública brasileira”. Em nome do PTB, o constituinte Arnaldo Faria de Sá (SP), disse que “somente a partir de hoje os brasileiros tomarão conhecimento do valor, da competência, da dignidade e da coragem cívica do ministro da Reforma Agrária”. Contrário de Marcos Freire, o constituinte Fernando Lyra (PMDB—PE) observou que, a partir de agora, espelhado no exemplo da obstinação do ministro, o governo deveria tentar realizar aquilo que Tancredo Neves sonhou, mas não pôde concretizar. Representando a Comissão de Sistematização, o constituinte Aluizio Campos (PMDB—PB) comunicou a suspensão dos trabalhos daquele órgão, para que seus membros pu-



Coragem pessoal, bravura cívica, garra, cavalheirismo: essas as virtudes mais citadas na Constituinte sobre um homem que agia “sem medo e sem ódio”.

dessem se associar às manifestações de pesar. O constituinte José Genoino (SP), em nome do PT, lembrou o caminho de luta e a resistência do ex-parlamentar pernambucano contra a ditadura militar e na defesa dos direitos humanos. Externando o sentimento do PDC, o constituinte Siqueira Campos (GO) salientou que em apenas 3 meses à frente do MIRAD, Marcos Freire assentou 11 mil famílias. O 1º vice-presidente da ANC, constituinte Mauro Benedito (PMDB—PE), lamentou que o Brasil tenha perdido um de seus mais ilustres homens públicos, um homem de qualidades extraordinárias que, mesmo tendo ocupado sempre importantes cargos, jamais se esqueceu dos humildes. Em nome do PC do B, o constituinte Eduardo Bonfim (AL)

ressaltou o fato de Marcos Freire ter usado o Parlamento como trincheira de combate ao regime militar e ao fascismo. Pelo PL, o constituinte Alvaro Valle (RJ) lembrou todo o passado de luta do político pernambucano, a sua conduta e a sua postura de democrata.

Também se manifestaram sobre Marcos Freire os constituintes Egídio Ferreira Lima (PMDB—PE), Milton Reis (PMDB—MG), Ademir Andrade (PMDB—PA), Nilson Gibson (PMDB—CE), José Jorge (PFL—PE), Roberto D’Ávila (PDT—RJ), Davi Alves Silva (PDS—MA), Maurício Fruet (PMDB—PR), Antônio Câmara (PMDB—RN), Ruy Nadel (PMDB—RS), Homero Santos (PFL—MG), Nelson Aguiar (PMDB—ES), Agassiz Almeida (PMDB—PB), Virgildásio de Sena (PMDB—BA), Wilson Campos (PMDB—PE), Aécio Neves (PMDB—MG), José Fogaça (PMDB—RS), Bocayuva Cunha (PDT—RJ), Carlos Sant’Anna, líder do governo na Câmara, e Nelson Carneiro (PMDB—RJ).

NO SENADO

Vinte e quatro senadores se manifestaram, em discursos e apertes, para enfatizar a perda que o Brasil sofreu com a morte do ministro da Reforma Agrária. Em nome da liderança do PFL, o senador João Menezes (PA) disse que Marcos Freire foi sempre um homem de luta, tendo morrido em plena atividade, exercendo uma função com todo o patriotismo, e tendo sempre em mente a procura dos melhores interesses da Nação. O líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), lembrou que o ministro e ex-parlamentar dava ao Brasil a contribuição essencial de alguém que entende que é preciso mudar, que é preciso avançar, mas que entende, também, que essa mudança, esse avanço hão de fazer-se através do convencimento e do diálogo. Fernando Henrique também lamentou profundamente a morte do presidente do INCRA, José Eduardo Raduan, que foi chefe de sua campanha ao Senado, em

São Paulo. O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS) comentou as circunstâncias da tragédia, manifestando a esperança de que tudo tenha sido mesmo um acidente. E disse que a vida de Marcos Freire deve ser colocada como um exemplo de probidade, de dignidade, de correção na política e na administração, de caráter e de diálogo. O líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), recordou os debates que teve com Marcos Freire quando este era o líder do PMDB, então na oposição. Para ele, seu ex-adversário político aceitou o Ministério da Reforma Agrária como o maior desafio de sua carreira, porque sabia que a concentração de terras no país é um testemunho evidente da maior injustiça social que vivemos. Em nome do PDT, o senador Mário Maia (AC) disse que, com a pujança das águias, o ministro soube alçar seu voo dentro da história política contemporânea brasileira, e todas as coisas que se propôs a realizar ele as fez com grandeza. O líder do PDC, senador Mauro Borges (GO), lembrou as vezes que esteve com Marcos Freire debatendo questões ligadas à reforma agrária. E transmitiu a convicção de que ele estava realmente preparado para levar adiante esse programa.

Marcos Freire foi lembrado, ainda, pelos senadores Antonio Farias (PMDB—PE), Mauro Benedito (PMDB—CE), Luiz Viana (PMDB—BA), Leite Chaves (PMDB—PR), Pompeu de Souza (PMDB—DF), Aluizio Bezerra (PMDB—AC), Raimundo Lira (PMDB—PB), Ronan Tito (PMDB—MG), Divaldo Suruagy (PFL—AL), Lourival Baptista (PFL—SE), Chagas Rodrigues (PMDB—PI), Nabor Júnior (PMDB—AC), Afonso Arinos (PFL—RJ), Virgílio Távora (PDS—CE), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB—CE), Marcondes Gadelha (PFL—PB), Nelson Carneiro (PMDB—RJ) e José Fogaça (PMDB—RS). Encerradas as manifestações de pesar, os senadores observaram, de pé, um minuto de silêncio.



Todos, atentos, querem sociedade transparente

A abertura para a participação popular na elaboração da Constituição, antes de ser uma concessão do poder constituinte, foi uma exigência natural da própria sociedade. Ou seja: o mesmo povo que elegeu os seus representantes sabia — e sabe — que é necessário continuar acompanhando e assessorando o seu trabalho, para que a ideia da delegação não se perca na obscuridade. O projeto de uma sociedade transparente é o que se pretende para o Brasil: cada ação pública, daqui para a frente, deverá ser permanentemente acompanhada pela população. As mais de cem emendas populares, com quase 15 milhões de assinaturas, refletem precisamente isso: estamos todos alertas ao trabalho dos agentes do povo e pretendemos que ele reflita o desejo maior de todos nós. O desejo da nação de todos, e não de poucos.